SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO № 13/2017-CONSUP

Natal (RN), 27 de março de 2017.

Aprova o Plano de Ação 2017 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE DO CONSELHO SUPERIOR faz saber que este Conselho, reunido extraordinariamente nesta data, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 9º do Estatuto do IFRN e

CONSIDERANDO

o que consta no Memorando nº 05/2017-PRODES/IFRN, de 23 de março de 2017,

RESOLVE:

APROVAR, na forma do anexo, o Plano de Ação 2017 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WYLLYS ABEL FARKATT TABOSA

Presidente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

PLANO DE AÇÃO DE 2017

(Aprovado pela Resolução nº 13/2017-CONSUP/IFRN, de 27/03/2017)

Natal/RN Março de 2017.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, E TECNOLÓGICA

Eline Neves Braga Nascimento

REITOR DO IFRN

Wyllys Abel Farkatt Tabosa

AUDITORA GERAL DO IFRN

Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira

CONSELHO SUPERIOR DO IFRN

Wyllys Abel Farkatt Tabosa – **Presidente** Carolina Helena de Gois Dantas – **Secretária**

Membros Titulares:

Agamenon Henrique de Carvalho Tavares
Alailson de Freitas Braz
Albino Oliveira Nunes
Ana Maria da Silva
Brenda Maria Pessoa de Carvalho
Ednaldo de Paiva Pereira
Emanuel Gomes Lourenço
Eraldy Kennedy de Sousa Chagas

Érico Cadineli Braz
Isayane Karinne de Oliveira Silva
Ivaldo José da Silva
João Augusto Alves Júnior
João Henrique de Melo Ferraz
João Paulo de Medeiros Santos
José Arnóbio de Araújo Filho
José Diego Cirne Santos
José Eduardo Ribeiro Viana
José Ferreira da Silva Júnior

José Xavier da Câmara Neto

Luisa de Marilac de Castro Silva
Maluh Brito Madruga
Manoel Jusselino de Almeida e Silva
Marcio Adriano de Azevedo
Marcones Marinho da Silva
Pablo Bruno de Sousa Lima da Costa
Pedro Brendo de La Sales Silas F. de
Medeiros

Phelipe da Rocha Guimaraes
Raiana Marjorie Amaral de Oliveira
Roseanne Azevedo de Albuquerque
Sebastião Bezerra
Sonia Cristina Ferreira Maia
Thiago Fernando de Araujo Silva
Valdemberg Magno do Nascimento Pessoa
Victor Varela Ferreira Medeiros de Oliveira
Vilesa Nêuman Fontes Assunção
Yarianne Melo de Sousa Gama

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Wyllys Abel Farkatt Tabosa – **Presidente** Carolina Helena de Gois Dantas – **Secretária**

Membros Titulares:

Agamenon Henrique de Carvalho Tavares Aires Kennedy Silva Amorim Alexandre Medeiros de Araújo Álvaro Hermano da Silva Anyelle da Silva Palhares Arthur Luis de Oliveira Torquato Clarissa Souza de Andrade Honda Dener da Silva Albuquerque Edneide da Conceição Bezerra Edson Caetano Bottini Emanuel Neto Alves de Oliveira Emiliana Souza Soares Fernandes Eules de Moura Lima Fabio Alvaro Dantas Fellipe Araujo Aleixo Francisco Bernardino de Souza Giancarlos Costa Barbosa Gilbran Silva de Andrade Giulia Carolina de Melo Jeter Correia de Lima Jose Macedo Firmino Filho Jose Wilson Costa de Carvalho

Leonardo Alcântara Alves Leonardo Ataide Minora Leonardo Dantas dos Santos Luciana Guedes Santos Luciana Maria Araujo Rabelo Márcio Adriano de Azevedo Marcio Monteiro Maia Maria Josevania Dantas Maria Raimunda Matos Prado Paulo Guilherme Muniz Cavalcanti da Cruz Paulo Ricardo Felipe dos Santos Paulo Roberto Pimentel Duavy Régia Lúcia Lopes Ricardo Souza Marques Robercy Alves da Silva Robson Campanerut da Silva Salomão Savio Batista Uilame Umbelino Gomes Valerio Gutemberg de Medeiros Junior Vicente Pires Lustosa Wagner Lopes Torquato Yuri Pontes Henrique

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Wyllys Abel Farkatt Tabosa – **Presidente** Carolina Helena de Gois Dantas – **Secretária**

Membros Titulares:

Agamenon Henrique de Carvalho Tavares - Pró-Reitoria de Ensino Alexandro Diógenes Barreto - Direção-Geral do Campus Caicó Alexsandro Paulino de Oliveira - Direção-Geral do Campus EaD André Gustavo Duarte de Almeida – Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação Andreilson Oliveira da Silva - Direção-Geral do Campus Currais Novos Antônia Francimar da Silva – Direção-Geral do Campus Pau dos Ferros Auridan Dantas de Araújo – Diretoria de Gestão de Pessoas Carlos Eduardo Campos Freire – Direção-Geral do Campus Natal-Cidade Alta Ednaldo de Paiva Pereira – Direção-Geral do Campus São Paulo do Potengi Erivan Sales do Amaral – Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis Francisco Damião Freire Rodrigues - Direção-Geral do Campus Apodi Francisco de Assis Aderaldo Barbosa – Direção-Geral do Campus Ipanguaçu Gerluzia de Oliveira Azevedo - Direção-Geral do Campus Parelhas Ismael Felix Coutinho Neto - Direção-Geral do Campus Parnamirim Jailton Barbosa dos Santos – Direção-Geral do Campus Mossoró Alan Paulo Oliveira da Silva – Direção-Geral do Campus Ceará-Mirim José Arnóbio de Araújo Filho – Direção-Geral do Campus Natal-Central Juscelino Cardoso de Medeiros - Pró-Reitoria de Administração Luisa de Marilac de Castro Silva – Direção-Geral do Campus São Gonçalo do Amarante Marcio Adriano de Azevedo - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação Márcio Silva Bezerra – Direção-Geral do Campus Nova Cruz Marcos Antônio de Oliveira - Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional Pollyanna de Araujo Ferreira – Direção-Geral do Campus Lajes Régia Lucia Lopes - Pró-Reitoria de Extensão Samira Fernandes Delgado – Direção-Geral do Campus Santa Cruz Sonia Cristina Ferreira Maia – Direção-Geral do Campus João Câmara Valdelucio Pereira Ribeiro - Direção-Geral do Campus Canguaretama Valdemberg Magno do Nascimento Pessoa – Direção-Geral do Campus Zona Norte Varélio Gomes dos Santos – Direção-Geral do Campus Macau

COORDENAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E REVISÃO TÉCNICA

EQUIPE DA PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

> Marcos Antônio de Oliveira Solange Marlene Thomaz Carlos André de Oliveira Zeneide de Oliveira Bezerra

COLABORAÇÃO

Integrantes dos Colégios Gestores dos campi

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atos autorizativos de funcionamento das unidades educacionais do IFRN e	mitidos
pelo Governo Federal	17
Quadro 2 – Cronograma de etapas do processo de planejamento institucional	26
Quadro 3 – Macroprocessos finalísticos e suas interfaces com os eixos e dimensões	
estratégicas	31
Quadro 4 - Demonstrativo de despesas/2017	35
Quadro 5 – Distribuição dos recursos orçamentários por Origem de Recurso e Ação	
Orçamentária, para cada dimensão estratégica	37
Quadro 6 – Distribuição dos recursos financeiros para atividades dos campi	41
Quadro 7 - Resumo de recursos distribuídos finalidades de aplicação	42
Quadro 8 – Distribuição dos recursos inicialmente disponibilizados para o planejament	to dos
campi (recurso base e atividades sistêmicas) e recursos inicialmente centralizados na R	eitoria.
	43
Ouadro 9 – Previsão de novas vagas por nível/forma/modalidade e <i>campus</i> para 2017	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Reitoria	20
Figura 2 – Organograma do <i>Campus</i> Natal-Central	
Figura 3 – Organograma do <i>Campus</i> Mossoró	21
Figura 4 – Organograma de referência para os <i>campi</i> da expansão sem unidade	
agrícola/industrial	22
Figura 5 – Organograma de referência para os <i>campi</i> da expansão com unidade	
agrícola/industrial	22
Figura 6 – Organograma de referência para os <i>campi</i> avançados	
Figura 7 – Organograma do <i>Campus</i> Educação a Distância	23
Figura 8 – Distribuição geográfica dos campi do IFRN	24

LISTA DE SIGLAS

AGU - Advocacia-Geral da União

ASCE – Assessoria de Comunicação Social e Eventos

AUDGE – Auditoria Geral

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CD - Cargo de Direção

CEFET-RN – Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte

CERTIFIC - Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

CF – Constituição Federal

CIPE – Comissão Interna de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRN

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODIR – Colégio de Dirigentes

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CONSEPEX - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUP - Conselho Superior

CPA - Comissão Própria de Avaliação

DIGAE – Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis

DIGPE – Diretoria de Gestão de Pessoas

DIGTI - Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

DOU - Diário Oficinal da União

EaD - Educação a Distância

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

FCC - Função de Comissionada de Coordenação de Curso

FAG - Função de Apoio à Gestão

FG - Função Gratificada

FIC - Formação Inicial e Continuada

FORPLAN - Fórum de Planejamento e Administração da Rede Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IF – Instituto Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

NEABI – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas

NCE - Núcleo Central Estruturante

NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica

OVEP - Observatório da Vida do Estudante da Educação Profissional

PAE – Pesquisa de Acompanhamento de Egressos

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIBIC-EM – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio

PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político-Pedagógico

PROAD - Pró-Reitoria de Administração

PRODES – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEJA FIC – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada

PROEN - Pró-Reitoria de Ensino

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROPI – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

Rede Federal – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIASS – Subsistema de Atenção à Saúde do Servidor

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SiSU – Sistema de Seleção Unificada

SISUTEC – Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica

SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

TAL – Tutoria de Aprendizagem e Laboratório

TAM – Termo de Acordo de Metas e Compromissos firmado entre o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

TCU - Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	6
LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE SIGLAS	8
APRESENTAÇÃO	11
1 IDENTIDADE INSTITUCIONAL	13
1.1 CARACTERIZAÇÃO	13
1.2 GOVERNANÇA	13
1.3 ORGANIZAÇÃO MULTICAMPI	17
2 METODOLOGIA	25
3 BASES CONCEITUAIS	27
3.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	27
4 MACROPROCESSOS INSTITUCIONAIS	30
5 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	34
5.1 DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA SISTÊMICA	36
5.2. DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS <i>CAMPI</i>	39
6. METAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS	52
REFERÊNCIAS	88

APRESENTAÇÃO

O Plano de Ação do exercício de 2017 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) é o instrumento de gestão que possibilita o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 para o corrente exercício.

O Plano de Ação apresenta-se estruturado em dimensões estratégicas, macroprocessos, objetivos estratégicos, metas e ações, em consonância com os planos estratégicos nacionais e institucionais, a saber: o Plano Plurianual 2016-2019 (PPA)¹, que define os eixos estratégicos para a educação nacional; o Plano Nacional de Educação (PNE), com metas correlatas à área de atuação da Instituição; o Termo de Acordo de Metas, com metas definidas até 2022; o Projeto Político-Pedagógico (PPP), compreendido como o planejamento global de todas as ações, com os direcionamentos pedagógicos, administrativos e financeiros; o PDI 2014-2018, revisado em 2015, que se constitui no plano estratégico da Instituição; e o Plano de Ação para a gestão 2016-2020, que relaciona os compromissos assumidos pelo reitor para a gestão do IFRN.

A elaboração do presente documento foi um resultado de um processo de construção coletiva, com a participação dos gestores sistêmicos das pró-reitorias, diretorias sistêmicas e órgãos de assessoramento da Reitoria, e com a imprescindível participação dos gestores dos 19 campi e dos dois campi avançados do IFRN. A metodologia consistiu, inicialmente, na realização do Curso de Administração Escolar, coordenado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e do qual participaram todos os titulares dos órgãos sobreditos e, pelo menos, mais um servidor indicado pelos respectivos titulares desses órgãos, totalizando 80 profissionais. Dentre os principais resultados do curso relacionados ao plano de ação do corrente ano, destacam-se os redimensionamentos das metas parciais previstas no PDI para os exercícios de 2017 e de 2018, bem como as ações propostas no plano de ação do exercício de 2016.

O documento foi estruturado em três níveis, o estratégico, o tático e o operacional. No nível estratégico são estabelecidos os macroprocessos e os objetivos estratégicos institucionais,

¹ Os eixos estratégicos do PPA 2016-2019 são: educação de qualidade como caminho para a cidadania e o desenvolvimento social e econômico; inclusão social e redução das desigualdades, com melhor distribuição das oportunidades e do acesso a bens e serviços públicos de qualidade; ampliação da produtividade e da competitividade da economia, com fundamentos macroeconômicos sólidos, sustentabilidade e ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura; e fortalecimento das instituições públicas, com participação e controle social, transparência e qualidade na gestão.

nos seguintes eixos: políticas de desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas e de inovação; políticas de gestão e políticas de infraestrutura.

No nível tático temos as diretrizes sistêmicas, emanadas dos órgãos sistêmicos, que são as pró-reitorias, diretorias sistêmicas e os órgãos de assessoramento. Esses órgãos orientam os *campi* no desenvolvimento das ações, previstas no PDI 2014-2018, através de diversas estratégias de atuação, organizadas em macroprocessos, nas seguintes áreas: gestão estratégica; comunicação e eventos; governança; atividades estudantis; ensino; extensão; pesquisa e inovação; gestão de pessoal; gestão administrativa, engenharia e infraestrutura; e tecnologia da informação.

No nível operacional são planejadas, no âmbito dos órgãos sistêmicos e dos *campi*, atividades relacionadas a todas as ações contidas no plano, as quais possibilitam que estas se materializem na prática cotidiana de todas as Unidades, possibilitando ao IFRN atingir as metas programáticas estabelecidas no PDI, favorecendo, assim, a consecução dos objetivos institucionais estabelecidos na lei de criação dos Institutos Federais (IF) e devidamente ancorados nos documentos de referência, já anteriormente destacados, bem como no Relatório de Autoavaliação Institucional e no Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRN 2016-2018 (PEPE).

O documento está organizado em seis capítulos. No primeiro capítulo descreve-se a identidade institucional, subdividida em caracterização, governança, organização multicampi; no segundo capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada, as diretrizes gerais, e as metas e as ações sistêmicas; no terceiro capítulo são apresentadas as bases conceituais do planejamento; no quarto capítulo, descrevem-se os macroprocessos finalísticos, relacionando-os às políticas de ensino, de pesquisa e inovação e de extensão; no quinto capítulo são apresentados os recursos orçamentários destinados aos órgãos sistêmicos e aos *campi*; e, por fim, no sexto capítulo, temse o detalhamento das ações e das metas a serem atingidas no exercício.

1 IDENTIDADE INSTITUCIONAL

1.1 CARACTERIZAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte foi criado em 23 de setembro de 1909, como Escola de Aprendizes e Artífices, e passou por inúmeras alterações em sua institucionalidade, sendo a mais recente a que deu origem ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, decorrente da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O IFRN possui natureza jurídica de autarquia federal e detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Com sede em todo o Estado do Rio Grande do Norte, o IFRN é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, que tem como função social "ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais" (IFRN, 2012).

Nesse sentido, oferta cursos visando a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, culturais e sociais locais; desenvolve a pesquisa e a extensão, na perspectiva de produção, socialização e difusão de conhecimentos; estimula a produção cultural; e realiza processos pedagógicos que levem à geração de trabalho e renda. Em um contexto mais amplo, a Instituição visa contribuir para as transformações da sociedade, visto que esses processos educacionais são construídos nas relações sociais.

Trata-se, portanto, de uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, conjugando conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos a ideais pedagógicos de fundamentação histórico-crítica.

1.2 GOVERNANÇA

A Estrutura de Governança do IFRN tem como base a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais; o Estatuto do IFRN, aprovado pela Resolução nº 66/2009-CONSUP, de 31 de agosto de 2009, publicada no DOU, de 2 de setembro de 2009; e

o Regimento Geral, aprovado pela Resolução nº 15/2010-CONSUP, de 29 de outubro de 2010, publicada no DOU de 4 de novembro de 2010.

De acordo com a Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais se organizam em estrutura multicampi, tendo como órgãos superiores responsáveis pela sua administração o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, e como órgão executivo de administração central a Reitoria, que inclui um reitor e cinco pró-reitores. Cada *campus* é administrado por um diretor-geral. Além do Conselho Superior e do Colégio de Dirigentes, o IFRN possui ainda o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, todos eles presididos pelo Reitor. As competências desses três órgãos colegiados estão previstas nos arts. 9º, 11 e 13 do Estatuto do IFRN.

O Conselho Superior, órgão máximo de caráter consultivo e deliberativo, é formado por representantes dos docentes, técnico-administrativos, discentes e egressos da Instituição, bem como da sociedade civil, do Ministério da Educação e do próprio Colégio de Dirigentes. Dentre as suas competências, estão as seguintes:

- Aprovar a política geral para a atuação institucional e zelar pelo seu cumprimento;
- Aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor e dos Diretores-Gerais dos *campi*;
- Aprovar o plano de desenvolvimento institucional, o plano geral de cada gestão e os planos anuais de ação, assim como a proposta orçamentária anual;
- Aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais;
- Aprovar o projeto político-pedagógico;
- Autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- Apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros;
- Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pela Instituição;
- Autorizar a criação e extinção de cursos no âmbito do Instituto, bem como o registro de diplomas;
- Aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do IFRN;
- Criar indicadores que servirão de parâmetro para subsidiar o Ministério da Educação na expansão e/ou reestruturação do Instituto;
- Deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação; e
- Elaborar e aprovar seu próprio regimento.

O Colégio de Dirigentes, com funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria administrativa, é composto pelos pró-reitores e diretores-gerais, além dos diretores sistêmicos. É de sua competência:

- Definir a distribuição interna de recursos;
- Estabelecer normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- Deliberar, mediante solicitação da Reitoria, sobre alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFRN;
- Propor normas e ações para o aperfeiçoamento da gestão;
- Aprovar o calendário de referência anual;
- Analisar e propor ações que visem ao aperfeiçoamento da ação educativa da Instituição;
- Apreciar normas disciplinadoras de ingresso, lotação, remoção, remanejamento, regime de trabalho, carga horária, progressão funcional, avaliação e qualificação de servidores;
- Homologar decisões relativas à redistribuição, para o IFRN, de ocupante de cargo ou emprego da carreira de técnico-administrativo em educação, pertencente a outra instituição de ensino mantida pela União;
- Elaborar e aprovar o seu próprio regimento;
- Deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer outra matéria de sua competência;
- Homologar ato do reitor praticado ad referendum do Colégio de Dirigentes.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, com funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e desportiva, reúne os pró-reitores de Ensino, Pesquisa e Inovação e Extensão e representantes dos coordenadores de cursos, docentes, discentes, técnico-administrativos, equipe técnico-pedagógica e sociedade civil, tendo as seguintes competências:

- Delinear diretrizes e definir prioridades institucionais nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Elaborar e aprovar o seu próprio regimento;
- Emitir parecer conclusivo prévio ao Conselho Superior sobre o projeto políticopedagógico e apreciar e aprovar seus respectivos documentos complementares, assim como suas alterações;
- Fixar normas complementares ao Regimento Geral do IFRN sobre matéria didáticopedagógica, pesquisa, extensão, transferências de estudantes, revalidação e
 equivalência de diploma estrangeiro ou de estudos, certificação profissional e de
 outros assuntos de sua competência específica;
- Deliberar sobre desmembramento, fusão, ampliação, redução, suspensão temporária ou adequação de cursos e programas e emitir parecer conclusivo prévio ao CONSUP no caso de criação ou extinção;

- Estabelecer formas de acompanhamento e avaliação dos cursos;
- Exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões;
- Criar câmaras e/ou comissões, permanentes ou temporárias, para estudo de assuntos específicos;
- Apreciar normas disciplinadoras de ingresso, lotação, remoção, remanejamento, regime de trabalho, carga horária, progressão funcional, avaliação e qualificação de servidores;
- Emitir parecer prévio ao CONSUP sobre criação, modificação ou extinção de Diretorias Acadêmicas;
- Julgar recursos das decisões proferidas pelos Colegiados das Diretorias Acadêmicas, em matéria didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e desportiva;
- Apreciar e homologar decisões dos Colegiados das Diretorias Acadêmicas relativas à redistribuição, para o IFRN, de ocupante de cargo ou emprego da carreira do magistério, pertencente a outra instituição de ensino mantida pela União;
- Emitir parecer sobre normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- Homologar ato do reitor praticado ad referendum do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer outra matéria de sua competência.

Esses órgãos colegiados obedecem a normas gerais de funcionamento previstas no Regimento Geral e a regras específicas estabelecidas nos respectivos Regimentos Internos. Assim, através de reuniões periódicas, com pauta determinada, decidem sobre as questões que lhe são apresentadas. A periodicidade das reuniões ordinárias é mensal para o CODIR. O CONSUP se reúne ordinariamente a cada dois meses, e o CONSEPEX, a cada três meses. Todas as atas das reuniões e os atos de gestão, sob a forma de Resolução para o CONSUP e de Deliberação para os outros dois colegiados, são publicadas no sítio do IFRN.

Quanto aos órgãos executivos, no âmbito da administração central, o IFRN é dirigido pelo Reitor, que, além do Gabinete e Assessorias, dispõe na Reitoria de uma estrutura de cinco Pró-Reitorias (Ensino, Pesquisa e Inovação, Extensão, Administração e Planejamento e Desenvolvimento Institucional) e três Diretorias Sistêmicas (Gestão de Pessoas, Gestão de Atividades Estudantis e Gestão de Tecnologia da Informação), às quais estão subordinadas diretorias e/ou coordenações e que se encarregam da supervisão, coordenação e articulação nas áreas sob a sua responsabilidade.

A Reitoria conta, ainda, com um órgão de consultoria jurídica (Procuradoria Federal) e vários órgãos de assessoramento, a saber: CPA, CPPD, CIS-PCCTAE, COPAC, Comissão de Ética e Ouvidoria, cujas composições e competências estão previstas no Regimento Geral do

IFRN e nos respectivos Regimentos Internos. É importante salientar que esses órgãos atuam de maneira independente em relação à gestão, contribuindo para obter o diagnóstico da realidade institucional e, por conseguinte, para a solução dos problemas identificados, exercendo, pois, uma forma de controle e fiscalização.

A mesma estrutura colegiada e executiva existente na administração central é encontrada na organização de cada *campus*, observados os níveis de descentralização, os graus de hierarquização e a articulação funcional dos órgãos em relação à administração central. Dessa forma, no que tange aos órgãos colegiados, os *campi* possuem o Conselho Escolar, o Colégio Gestor e o (s) Colegiado (s) de Diretoria Acadêmica, que atuam, no âmbito do *campus*, de forma análoga ao Conselho Superior, o Colégio de Dirigentes e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respectivamente. Em termos de execução, cada *campus* é dirigido por um Diretor-Geral, que, além do Gabinete, dispõe de uma estrutura de Diretorias e Coordenações (Acadêmica, Administração, Comunicação e Eventos, Pesquisa, Extensão, Atividades Estudantis, Gestão de Pessoas, Gestão de Tecnologia da Informação), que estão subordinadas diretamente ao Diretor-Geral, mas que se relacionam funcionalmente com as respectivas Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas.

Os trabalhos de Auditoria Interna do IFRN são sistematizados pela Auditoria Geral, integrante da estrutura organizacional da Reitoria e vinculada diretamente ao Conselho Superior, nos termos do art. 15, § 3°, do Decreto n° 3.591/2000, com redação dada pelo Decreto n° 4.304/2002. De acordo com o art. 80 do Regimento Geral do IFRN, a Auditoria Geral é o órgão de controle interno responsável por fortalecer e assessorar a gestão, e por racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação vigente.

1.3 ORGANIZAÇÃO MULTICAMPI

O processo de expansão e de interiorização da Rede Federal, iniciado em 2006 pelo Governo Federal, possibilitou a criação de 17 *campi* e dois *campi* avançados, além do *Campus* Natal-Central e do *Campus* Mossoró, preexistentes. A estruturação desses novos *campi* se deu em decorrência das Leis nos 11.534/2007 e 11.740/2008, que determinaram o quantitativo de cargos para essas unidades de ensino, e ensejaram a autorização de funcionamento, conforme relacionado no quadro 1.

Quadro 1 – Atos autorizativos de funcionamento das unidades educacionais do IFRN emitidos pelo Governo Federal.

Campus	Ato autorizativo
Campus Natal-Central*	Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909
Campus Mossoró	Portaria MEC nº 1.677, de 02/12/1997
Campus Currais Novos	Portaria MEC nº 1.203, de 29/06/2006
Campus Ipanguaçu	Portaria MEC nº 1.203, de 29/06/2006
Campus Natal-Zona Norte	Portaria MEC nº 1.203, de 29/06/2006
Campus Caicó	Portaria MEC nº 757, de 27/07/2009
Campus Apodi	Portaria MEC nº 757, de 27/07/2009
Campus Santa Cruz	Portaria MEC nº 757, de 27/07/2009
Campus João Câmara	Portaria MEC nº 757, de 27/07/2009
Campus Macau	Portaria MEC nº 757, de 27/07/2009
Campus Pau dos Ferros	Portaria MEC nº 757, de 27/07/2009
Campus Parnamirim	Portaria MEC nº 1.366, de 06/12/2010
Campus Nova Cruz	Portaria MEC nº 1.366, de 06/12/2010
Campus Natal-Cidade Alta	Portaria MEC nº 1.366, de 06/12/2010
Campus São Gonçalo do Amarante	Portaria MEC nº 953, de 16/07/2012
Campus Canguaretama	Portaria MEC nº 996, de 07/10/2013
Campus Ceará-Mirim	Portaria MEC nº 996, de 07/10/2013
Campus São Paulo do Potengi	Portaria MEC nº 996, de 07/10/2013
Campus Avançado Lajes	Portaria MEC nº 27, de 21/01/2015
Campus Avançado Parelhas	Portaria MEC nº 27, de 21/01/2015

Fonte: Relatório de Gestão do IFRN 2016.

Os *campi* avançados integram a organização geral da Instituição nos termos do § 2º do art. 7º do Estatuto e da Portaria nº 1.291/2013-MEC, cabendo ao Conselho Superior autorizar a criação e o funcionamento desses *campi* e, posteriormente, submeter a autorização do MEC.

Ainda integram as unidades educacionais do IFRN, o *Campus* EaD. Diferentemente dos demais *campi*, e em função de suas características e peculiaridades, não há uma autorização emitida pelo Ministério da Educação para funcionamento. A estruturação do *Campus* EaD foi feita inicialmente como diretoria sistêmica, tendo sido integrado à organização geral do IFRN por meio do art. 64 do Regimento Geral, nos termos do § 2º do art. 7º do Estatuto: "Em função de novas demandas institucionais, poderão ser criadas outras diretorias sistêmicas, além das previstas neste Estatuto, devendo passar a constar no Regimento Geral".

^{*}O Campus Natal-Central é a sede originária da criação do IFRN.

A estrutura administrativa do IFRN foi aprovada pelo Colégio de Dirigentes, através da Deliberação nº 11/2016, de 13/05/2016, em consonância com a Estrutura Organizacional de Referência aprovada pela Resolução nº 31/2016-CONSUP, com atualizações realizadas pela Deliberação nº 14/2016-CODIR.

A estrutura administrativa dos *campi* foi estabelecida de tal forma a viabilizar a descentralização da gestão, conforme autonomia prevista nos termos da Lei nº 11.892/2008, respeitada a vinculação do projeto político pedagógico e a função social institucional, em consonância com o desenvolvimento sustentável regional e demandas da sociedade.

Tendo uma estrutura multicampi e pluricurricular, a organização do IFRN numa estrutura divisionalizada entre Reitoria e *campi*, as áreas ou subunidades estratégicas coincidem com aquelas estruturas gestoras centrais.

Assim, institucionalmente, a Reitoria funciona como órgão gestor central da estrutura do IFRN, responsável por administrar, coordenar e a supervisionar todas as atividades das unidades (os *campi*, os *campi* avançados e a própria Reitoria).

De acordo com a Lei nº 11.892/2011, em seu art. 11, "Os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria [...]". Essa função é reiterada no Estatuto do IFRN, que afirma que:

Art. 1°, § 2°. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada.

Art. 14. A Reitoria é o órgão executivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, cabendo-lhe a administração, a coordenação e a supervisão de todas as atividades da Autarquia.

Nesse sentido, há um inter-relacionamento e interdependência entre as subunidades estratégicas na Reitoria e as respectivas vinculações funcionais nos *Campi* e Campi avançados. Em relação a isso, o Estatuto do IFRN afirma que:

Art. 20. As Pró-Reitorias [...] são órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam e acompanham as atividades referentes às dimensões de ensino, administração, planejamento, pesquisa e extensão, no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Art. 21. As Diretorias Sistêmicas [...] são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e as atividades na sua área de atuação, no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Na sequência são apresentados a descrição dos setores (órgãos), com estrutura básica e atribuições, tendo as respectivas competências relacionadas no Regimento Interno da Reitoria e no Regimento Interno dos *campi*. Os regimentos foram aprovados, respectivamente, pelas

Resoluções n^{os} 16 e 17/2011-CONSUP/IFRN, e encontram-se acessíveis a todos os cidadãos pelo endereço eletrônico: http://portal.ifrn.edu.br/institucional/regimentos.

As Figuras de 1 a 7 descrevem, respectivamente, a estrutura administrativa das seguintes unidades:

- Reitoria:
- *Campus* Natal-Central;
- Campus Mossoró;
- Campi da Expansão da Rede Federal de EPT sem unidade agrícola/industrial: Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, João Câmara, Natal-Cidade Alta, Natal-Zona Norte, Nova Cruz, Parnamirim, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi;
- *Campi* da Expansão da Rede Federal de EPT com unidade agrícola/industrial: Apodi, Currais Novos, Ipanguaçu, Macau e Pau dos Ferros;
- *Campi* avançados: Lajes (vinculado ao *Campus* João Câmara); e Parelhas (vinculado ao *Campus* Currais Novos); e
- Campus de Educação à Distância.

Figura 1 – Organograma da Reitoria

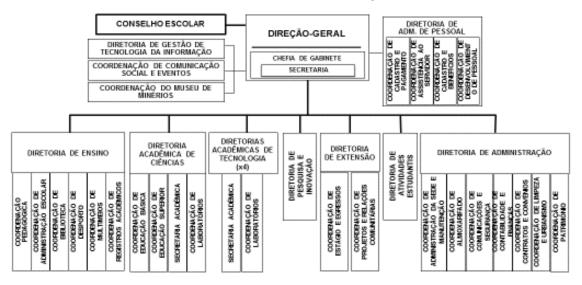


Fonte: Resolução nº 31/2016-CONSUP/IFRN, disponível em

Figura 2 – Organograma do Campus Natal-Central

IFRN - ORGANOGRAMA DE REFERÊNCIA

CAMPUS NATAL-CENTRAL - 48 funções



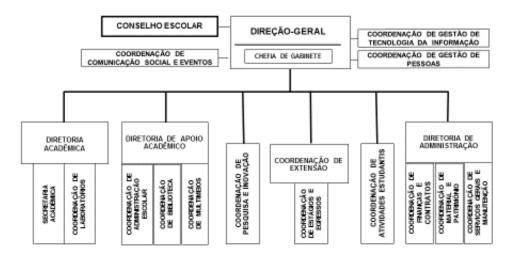
Resolução nº 31/2016-CONSUP/IFRN, de 20/05/2016

Fonte: Resolução nº 31/2016-CONSUP/IFRN, disponível em

http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2016>. Acesso em: 07 mar. 2017.

Figura 3 – Organograma do Campus Mossoró

IFRN – ORGANOGRAMA DE REFERÊNCIA CAMPUS MOSSORÓ – 20 funções



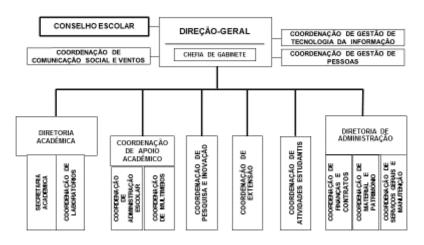
Resolução nº 31/2016-CONSUPIFRN, de 20/05/2016

Fonte: Resolução nº 31/2016-CONSUP/IFRN, disponível em

Figura 4 – Organograma de referência para os *campi* da expansão sem unidade agrícola/industrial

IFRN - ORGANOGRAMA DE REFERÊNCIA

CAMPIDA EXPANSÃO, SEM UNIDADE AGRÍCOLA/INDUSTRIAL – 18 funções (CAICÓ, CANGUARETAMA, CEARÁ-MIRIM, JOÃO CÂMARA, NATAL-CIDADE ALTA, NATAL-ZONA NORTE, NOVA CRUZ, PARNAMIRIM, SANTA CRUZ, SÃO GONÇALO DO AMARANTE, SÃO PAULO DO POTENGI)

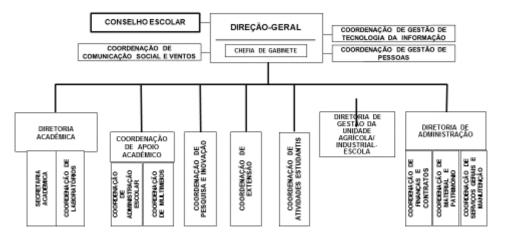


Resolução nº 31/2016-CONSUP/IFRN, de 20/05/2016

Figura 5 – Organograma de referência para os *campi* da expansão com unidade agrícola/industrial

IFRN – ORGANOGRAMA DE REFERÊNCIA

CAMPIDA EXPANSÃO, COM UNIDADE AGRÍCOLA/INDUSTRIAL – 19 funções (APODI, CURRAIS NOVOS, IPANGUAÇU, MACAU e PAU DOS FERROS)

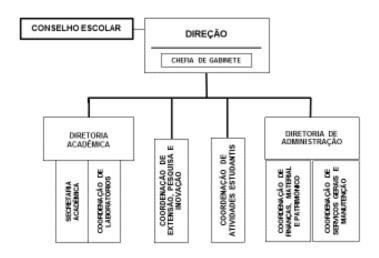


Resolução nº 31/2016-CONSUPIFRN, de 20/05/2016

Fonte: Resolução nº 31/2016-CONSUP/IFRN, disponível em

Figura 6 – Organograma de referência para os campi avançados

IFRN – ORGANOGRAMA DE REFERÊNCIA CAMPI AVANÇADOS – 10 funções (LAJES E PARELHAS)



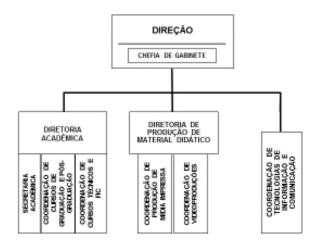
Resolução nº 31/2016-CONSUPIFRN, de 20/05/2016

Fonte: Resolução nº 31/2016-CONSUP/IFRN, disponível em

http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2016>. Acesso em: 07 mar. 2017.

Figura 7 - Organograma do Campus Educação a Distância

IFRN - ORGANOGRAMA DE REFERÊNCIA CAMPUS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - 10 funções



Resolução nº 31/2016-CONSUP/IFRN, de 20/05/2016

Fonte: Resolução nº 31/2016-CONSUP/IFRN, disponível em

A Figura 8 apresenta a distribuição espacial dos municípios onde estão situados os *campi* do IFRN, ressaltando-se que a população atendida pela Instituição compreende um determinado território de abrangência, que inclui outros municípios situados num raio de até 80 quilômetros.

Figura 8 – Distribuição geográfica dos campi do IFRN



Fonte: Elaborado pela ASCE/IFRN, 2016.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada consistiu na realização do Curso de Capacitação em Administração Escolar, que teve um módulo específico sobre desenvolvimento do planejamento institucional e elaboração do Plano de Ação 2017, realizado no período compreendido entre os meses de novembro e dezembro de 2016, com carga horária total de 70 horas, distribuída em três encontros, nos *campi* Santa Cruz (21 a 23 de novembro), Parnamirim (1 a 2 de dezembro) e Pau dos Ferros (12 a 13 de dezembro).

O referido módulo teve como objetivos desenvolver o planejamento institucional, projetando ações e estratégias político-pedagógicas que assegurem o desempenho da função social, e construir o Plano de Ação 2017 da Instituição e foi coordenado pela equipe da PRODES, cujos resultados foram elencados no Anexo XVIII, do Relatório de Atividades do Curso de Capacitação em Administração Escolar, de dezembro de 2016.

A abordagem utilizada consistiu na realização de oficinas, com oito grupos de trabalho organizados de modo que, em cada um deles havia, pelo menos um gestor sistêmico e um diretor-geral, sendo os demais participantes escolhidos de acordo com a afinidade dos temas a serem tratados. Antes do início dos trabalhos nas oficinas, os facilitadores (equipe da PRODES) realizavam uma exposição contextualizada dos problemas identificados pela Pró-Reitoria, referentes à elaboração do Plano de Ação, bem como do Relatório de Gestão.

Esses dois temas foram objeto de estudo devido à necessidade de revisão de metas parciais propostas no PDI 2014-2018, para os exercícios de 2017 e 2018, no que diz respeito aos valores previamente estabelecidos. De igual forma, também se fez necessária a revisão das ações, especialmente devido ao processo revisional do PDI, ocorrido em 2015.

Ao final do módulo, foram repactuadas as metas parciais para os exercícios de 2017 e de 2018, bem como realizadas as devidas adequações das ações para o Plano de Ação 2017, considerando o redimensionamento dos macroprocessos e o alinhamento destes com os objetivos estratégicos e metas do PDI 2014-2018, conforme o processo revisional ocorrido em 2015. O quadro 2, apresenta o cronograma de elaboração do Plano de Ação do exercício, organizado nas diversas etapas.

Quadro 2 – Cronograma de etapas do processo de planejamento institucional

Etapa	Responsáveis	Períodos/Até
Ações estruturantes & Planejamento sistêmico		
Avaliação das metas previstas para 2017 e revisão das metas parciais (2017 a 2018), com base no resultado da autoavaliação institucional.	Dirigentes sistêmicos ou Comissão Geral	20 a 21.10
Avaliação e revisão do banco de ações para 2017	Dirigentes sistêmicos ou Comissão Geral	01 a 02.12
Elaboração da proposta de compatibilização de recursos para: funcionamento dos campi; e políticas sistêmicas (deltas)	PROAD e PRODES	09.12.2016
Apresentação e validação da proposta orçamentária	PRODES/PROAD CODIR	12 e 13.12
Constituição da Comissão Geral (Reitoria) e das comissões locais (campi) para o planejamento 2017.	PRODES / Diretores-Gerais	16.12.2016
Organização operacional		
Cadastro no SUAP para configuração do Plano de Ação 2017. Dimensões, objetivos estratégicos e metas; Valores das ações orçamentárias e fracionamento por Origens de Recursos vinculadas a cada dimensão.	PRODES	05.01.2017
Compatibilização da proposta de Plano de Ação construído nas oficinas do Curso de Adm. Escolar com as políticas sistêmicas	Dirigentes sistêmicos ou Comissão Geral	13.01.2017
 Cadastro no SUAP para configuração do Plano de Ação 2017. Ações a serem associadas a cada campus; Rateio das Origens de Recursos entre Und. Administrativas. 	Dirigentes sistêmicos ou Comissão Geral	27.01.2017
Planejamento nas unidades		
Fase de planejamento operacional (construção do Plano de Ação no SUAP • Registros de atividades nas Ações para a consecução das Metas propostas	Unidades Administrativas Comissões executivas	17.02.2017
Compatibilização e sistematização		
Validação do Plano de Ação 2017	Dirigentes sistêmicos	14.03.2017
Aprovação de documentos Apresentação ao CODIR do Plano de Ação 2017 do IFRN	PRODES	
Envio do Plano de Ação 2017 para a apreciação do Conselho Superior do IFRN.	PRODES	23.03.2017

Fonte: Elaboração da PRODES, em 13 dez. 2016.

3 BASES CONCEITUAIS

3.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

O planejamento no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), assumido como processo numa perspectiva democrática e participativa de melhoria contínua da Instituição, com vistas a garantir a realização das prioridades acadêmicas e administrativas, caracteriza-se como atividade permanente de reflexão e ação, ou seja, como um processo ininterrupto de planejar, acompanhar, avaliar e replanejar.

Ao discutir os pressupostos do planejamento que embasam as ações institucionais do IFRN a partir de 2010, Fernandes (2009, p. 2) ressalta que

[...] a gestão democrática requer como princípio fundamental a construção de um processo permanente e contínuo de planejamento participativo cujo principal instrumento norteador de política é o projeto pedagógico unificado, trabalhado nos diversos Câmpus com metodologia que envolva os segmentos integrantes da comunidade escolar na definição de objetivos, metas e ações, consonantes com a função social do Instituto, bem como com o compromisso de execução do que foi planejado, disso resultando planos de trabalho anuais que devem responder aos desafios diagnosticados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Cabral Neto e Almeida (2000) esclarecem que o discurso da gestão democrática fortaleceu-se no contexto educacional devido à necessidade de acompanhar a mudança de paradigmas na sociedade, no que concerne às novas diretrizes para o sistema educacional. Nessa linha de raciocínio, é preciso perseguir os princípios fundamentais que norteiam a gestão democrática e, por conseguinte, o planejamento institucional: a descentralização, a participação e a autonomia.

No contexto da gestão democrática, a descentralização, nos moldes da educação, implica uma proposta efetiva que atenda a três aspectos: o de natureza operacional (que busca apontar soluções para os problemas diagnosticados); o de caráter social (que reconhece a relevância social da escola e propõe encaminhamentos coerentes com a realidade); e o de caráter político (que entende o processo educacional como formativo, pleiteando uma formação democrática para um ambiente também democrático).

Face à complexidade desse processo, é preciso pensar a descentralização como uma prática cuja tônica deve ser a busca por mecanismos que assegurem ações efetivas no campo das políticas da gestão educacional, com base em processos gradativos e bem planejados, alicerçados, primordialmente, com transparência, acesso e participação.

A participação propicia o engajamento e o envolvimento dos profissionais, dos estudantes e dos pais e/ou responsáveis nos processos de tomada de decisão e de gestão em âmbito institucional.

Bordenave (1983, p. 22, grifo do autor) esclarece: "De fato, a palavra *participação* vem de *parte*. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte". Bordenave (1983) também faz referência à participação em seu sentido amplo e de maneira completa, pois o cidadão que faz parte deve tomar parte, interferindo nas decisões de forma crítica e consciente, com efetiva responsabilidade nos produtos resultantes do próprio processo de participação.

Ammann (1977) afirma que, além de mecanismos objetivos, são necessárias condições subjetivas para a participação social dos sujeitos, como o nível de conscientização do grupo, de acordo com requisitos psicossociais. As condições subjetivas para a participação são configuradas em três aspectos: a informação, a motivação e a educação para participar.

A informação caracteriza-se pelo nível de esclarecimento das pessoas sobre o porquê de participar e sobre quais os objetivos e as funções da área de sua participação. A motivação, que ocorre no campo psicológico, significa promover a identificação das razões que podem motivar o sujeito a participar. A motivação apresenta-se como requisito básico para a participação dos indivíduos e para a própria ação transformadora do âmbito social. A educação para participar indica que a aprendizagem só se confere à medida que, em nome de uma necessidade, o sujeito responda por meio de um novo padrão de comportamento, baseado em ações do meio, em ideias e em habilidades. Essa aprendizagem é fruto do exercício constante e permanente da práxis participativa.

A condição geral para participar, ancorada nos três aspectos, supera a concepção de atuação isolada, reitera a perspectiva de construção coletiva e evidencia a completude da formação humana na sociedade, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento humano omnilateral, mediante uma participação ativa, crítica e transformadora. Constitui-se, portanto, em um importante eixo estruturante da gestão escolar e colabora para a conquista de mais um princípio da gestão democrática, a autonomia.

A autonomia institucional envolve diversas nuanças semânticas, não se referindo apenas a questões financeiras. A importância desse terceiro princípio centraliza-se na dimensão política, refletida nas tomadas de decisões compartilhadas e comprometidas com a sociedade, em primazia com o fortalecimento da unidade institucional. É uma questão complexa, expressa

em múltiplos desdobramentos e em articulações consistentes e coerentes, fundadas em posturas democráticas claras, adequadas e partilhadas com todos os segmentos envolvidos no processo.

A Instituição, em todos os seus espaços, conquista o *status* de uma comunidade educativa que interage com os seus pares, bem como com o entorno sociopolítico, histórico e cultural, contemplando três dimensões imprescindíveis à autonomia institucional: a administrativa, a pedagógica e a financeira.

A autonomia administrativa consiste na possibilidade de propiciar o planejamento participativo das políticas, dos projetos e dos programas, a partir do envolvimento dos sujeitos no processo decisório e na implementação das ações. Ademais, a estrutura organizacional deve garantir a horizontalidade nas relações de poder, a fim de garantir a legitimidade aos colegiados e não apenas o compartilhamento nas decisões.

A autonomia pedagógica materializa-se na prerrogativa de que a Instituição pode elaborar o seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), a essência da organização do planejamento e do fazer institucional. Permite que cada instituição, de forma colegiada, defina, planeje, desenvolva e avalie suas ações, em consonância, de um lado, com as diretrizes nacionais e locais e, do outro, com o contexto identitário da comunidade, com a função social, com os princípios institucionais e com as modalidades pedagógico-curriculares.

A autonomia financeira refere-se à gestão dos recursos patrimoniais, à aplicação das transferências financeiras e à possibilidade de dispor de orçamento próprio e de discutir, coletivamente, a aplicação e o gerenciamento dos recursos. Esses últimos devem ser submetidos ao controle social, com vistas à capacidade de negociar e de atrair parcerias e recursos externos, sem, no entanto, desresponsabilizar o poder público de suas obrigações.

Nessa dimensão financeira da autonomia institucional, subjaz a prática do orçamento participativo, entendido como um mecanismo que visa assegurar as condições de ampla transparência no planejamento das ações financeiras, o livre acesso às informações e a participação coletiva nos processos decisórios. Abre-se, assim, a possibilidade, dentro do orçamento da Instituição, de todos os segmentos poderem expor demandas e decidirem em relação ao atendimento dessas mesmas demandas.

Nesse sentido, a implementação e o fortalecimento de práticas de planejamento participativo das ações e o acompanhamento e a avaliação permanentes das políticas e das práticas institucionais constituem-se como diretrizes fundamentais para assegurar, implementar e consolidar vivências de gestão democrática defendidas institucionalmente.

4 MACROPROCESSOS INSTITUCIONAIS

São apresentados no quadro 3 os macroprocessos finalísticos, os quais estão relacionados ao atendimento das finalidades legais das políticas de ensino, de pesquisa e inovação e de extensão.

O desenvolvimento de macroprocessos e, consequentemente, a execução de objetivos estratégicos é conduzida por meio do planejamento, da coordenação, do fomento e do acompanhamento das políticas e ações do ensino, pesquisa e inovação, extensão, a partir da articulação entre as Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas e os órgãos correlatos às áreas de atuação nos Campi, os quais atuam nas mesmas dimensões, em apoio mútuo na consecução dos objetivos estratégicos.

A descrição sobre como os macroprocessos foram conduzidos em 2016, por meio das metas e objetivos estratégicos.

A indissociabilidade entre as três áreas finalísticas ou dimensões estratégicas é o princípio fundamental do fazer acadêmico do IFRN. Reconhecer o princípio da indissociabilidade como articulador da formação acadêmico-profissional com a educação integrada e como propulsor de relações sociais mais aproximadas e justas demanda, de maneira mais abrangente, uma visão que conduza as três dimensões institucionais imbricadas em níveis de igual importância. Essa indissociabilidade deve promover o desenvolvimento integral dos estudantes de tal sorte que, além da formação profissional, possam ter uma formação para a vida.

Cada uma dessas áreas conta com o apoio gerencial de ferramentas de tecnologia da informação em um sistema integrado desenvolvido pela própria instituição e em constante aprimoramento. O rol de documentos normativos da ação de cada área confere a segurança jurídica do processo de gestão. Além disso, tem-se definido um conjunto de rotinas administrativas que orientam o fazer operacional dos servidores.

Quadro 3 – Macroprocessos finalísticos e suas interfaces com os eixos e dimensões estratégicas

D:	Macroprocessos			
Eixo	Identificador	Descrição		
	GESTÃO ESTRATÉGICA			
	Função social	Relação e contextualização das ações institucionais com o desenvolvimento do território e a responsabilidade social		
	Órgãos colegiados e de assessoramento	Atuação sistemática e autônoma dos órgãos colegiados e de assessoramento institucionais		
	Transparência e descentralização	Transparência e descentralização da gestão		
	Gestão organizacional	Adequação dos documentos institucionais e da estrutura organizacional		
	Planejamento estratégico	Sistematização e elaboração participativa do planejamento institucional		
	Avaliação institucional	Avaliação sistêmica e sistematizada da ação institucional e da satisfação do público atendido		
Políticas de desenvolvimento institucional	Internacionalização	Estabelecimento de ações de mobilidade e parcerias internacionais		
mstitucionai	COMUNICAÇÃO E EVENTOS			
	Comunicação interna	Sistematização de fluxos comunicacionais e do marketing internos		
	Comunicação externa	Difusão das ações institucionais e realização do marketing junto à comunidade externa		
	Eventos	Promoção de eventos institucionais para divulgação da ciência, tecnologia, arte, cultura e desporto		
	GOVERNANÇA			
	Governança administrativa	Política de governança administrativa com ações de auditoria interna, gestão de riscos e processos disciplinares		
	Governança em tecnologia da informação	Política de governança em tecnologia da informação e comunicação com planos estratégicos e especificação dos direitos decisórios		
	ATIVIDADES ESTUDANTIS			
Políticas acadêmicas e de inovação	Assistência social	Apoio a estudantes em programas de bolsas e auxílios estudantis		
	Assistência à saúde	Desenvolvimento de atividades de assistência à saúde dos discentes		
	Formação integral	Apoio à formação integral dos estudantes por meio do fomento à participação em eventos e atividades artístico-culturais e esportivas		
	Representação estudantil	Fortalecimento da organização política dos estudantes por meio das representações estudantis		

Continua (...)

(...) Continuação.

Eixo	Macroprocessos			
EIXO	Identificador	Descrição		
	ENSINO			
	Acesso discente	Desenvolvimento de ações de acesso discente promotoras da inclusão social		
	Oferta educacional	Ampliação, fortalecimento e diversificação da oferta educacional e acompanhamento e aperfeiçoamento dos projetos de cursos, em ação integrada com a pesquisa e inovação e a extensão		
	Administração acadêmica	Estabelecimento e acompanhamento de ações de administração acadêmica de docentes e estudantes		
	Processo ensino e aprendizagem	Gestão pedagógica do processo de ensino e aprendizagem, metodologias educacionais e acompanhamento da permanência e êxito dos estudantes		
	Inclusão e diversidade	Inclusão de pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas e à diversidade social, cultural, de gênero e de raça e cor		
Políticas	Sistema de bibliotecas	Ampliação da ação das bibliotecas e do acervo bibliográfico para favorecer o acesso à informação atualizada e garantir índices de referência na avaliação educacional		
acadêmicas e de inovação (continuação)	Educação a distância	Difusão do uso de tecnologias educacionais em cursos presenciais e fomento a cursos na modalidade de educação a distância		
	EXTENSÃO			
	Interação com a sociedade	Desenvolvimento de programas e projetos de extensão que promovam a interação com a sociedade para a difusão e transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos e para a promoção de ações artístico-culturais		
	Diálogo com o mundo do trabalho	Desenvolvimento de ações de fomento à inserção e ao acompanhamento de estagiários e egressos		
	PESQUISA E INOVAÇÃO			
	Desenvolvimento científico e tecnológico	Estímulo ao desenvolvimento de pesquisas intensivas em conhecimento aplicadas à inovação tecnológica		
	Publicações acadêmico- científicas	Estímulo à produção de publicações bibliográficas e em eventos e periódicos científicos e acadêmicos, em âmbito nacional e internacional		
	Empreendedorismo inovador	Fortalecimento das multincubadoras de empresas		

Continua (...)

TO!	Macroprocessos			
Eixo	Identificador	Descrição		
	GESTÃO DE PESSOAL			
	Seleção e mobilidade de pessoal	Seleção e ingresso de novos servidores e ações de mobilidade <i>intercampi</i> e interinstitucionais		
	Titulação de servidores	Capacitação em programas de graduação e pós-graduação		
	Desenvolvimento de equipes	Integração e formação das equipes de trabalho		
	Carreira dos servidores	Fomento ao desenvolvimento e à avaliação de servidores na carreira		
	Segurança, saúde e qualidade de vida no trabalho	Desenvolvimento de práticas que contribuam para a promoção da saúde e da segurança e para a qualidade de vida no trabalho, no âmbito individual e coletivo		
Políticas de gestão	Gestão funcional de servidores	Desenvolvimento de ações administrativas de caráter obrigatório, incluindo folha de pagamento, recursos previdenciários e benefícios de caráter assistencial a servidores e seus dependentes		
	GESTÃO ADMINISTRATIVA			
	Funcionamento institucional	Ações de custeio para funcionamento e manutenção da reitoria e dos <i>campi</i>		
	Processos administrativos	Implementação de gestão de processos e melhoria de fluxos institucionais		
	Gestão orçamentário- financeira	Gestão orçamentária e econômico-financeira para garantir as ações institucionais		
	Gestão de materiais e compras	Ações de custeio e de investimento para ampliação e melhoria da infraestrutura material, de equipamentos e de mobiliário da reitoria e dos <i>campi</i>		
	ENGENHARIA E INFRAI	ESTRUTURA		
	Gestão de obras civis	Ações de investimento e custeio para ampliação e melhoria da infraestrutura física da Reitoria e dos <i>campi</i>		
Políticas de Infraestrutura	Sustentabilidade socioambiental	Ações para promoção de preservação ambiental e eficiência energética, em articulação com o ensino, a pesquisa e a extensão		
	Acessibilidade arquitetônica	Ações para promoção da acessibilidade arquitetônica		
	TECNOLOGIA DA INFO	RMAÇÃO		
	Infraestrutura lógica e redes	Manutenção e modernização da infraestrutura material e lógica de tecnologia de informação		
	Sistemas de informação	Informatização de processos de gestão institucional		

Fonte: PDI 2014-2018 do IFRN, revisão 2015.

5 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O Orçamento Geral da União (OGU) é formado pelos orçamentos fiscal, da Seguridade Social, e de Investimento, das empresas estatais federais. A elaboração e o controle do OGU obedece à sistemática definida na Constituição Federal de 1988 (CF/88), na Lei nº 4.320/64, no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A Constituição atribuiu ao Poder Executivo, a responsabilidade pelo Sistema de Planejamento e Orçamento, sendo também de sua iniciativa a elaboração dos projetos de lei referentes ao Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para que os objetivos estratégicos definidos no PDI do IFRN sejam alcançados, são necessários recursos orçamentários e financeiros, específicos para cada ação. Nesse sentido, a proposta orçamentária delimita os recursos necessários para consolidar as políticas sistêmicas trabalhadas ao longo do ano, bem como permite adequar as necessidades específicas de cada *campus* com as diretrizes do Ministério da Educação, à luz da legislação vigente e dos recursos disponíveis.

A execução orçamentária é o processo que consiste em programar e realizar despesas levando-se em conta a disponibilidade financeira da administração e o cumprimento das exigências legais. A fiscalização do Orçamento Público é realizada pelos órgãos de controle interno e externo. O Controle Interno é realizado pelos órgãos do próprio Poder Executivo, especialmente pela Controladoria-Geral da União (CGU), tendo cada Ministério um Assessor de Controle Interno, vinculado tecnicamente à CGU. O Controle Externo é exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU). Há também o chamado controle social, realizado pela sociedade, tanto em espaços institucionais de participação, como através de Conselhos e Conferências, quanto nos espaços de articulação da própria sociedade, como nas Redes e Fóruns.

Na LOA, Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, a proposta orçamentária para o IFRN contemplou 4 programas governamentais, a saber: Operações Especiais; Educação de Qualidade para Todos; Programa de Gestão e Manutenção do MEC; e Previdência de Inativos e Pensionistas da União. Os valores aportados nas ações dos respectivos programas foram registrados no sistema SIMEC, para atender as necessidades institucionais informadas previamente no Quadro Demonstrativo de Despesas (QDD). O quadro 4 apresenta o orçamento do IFRN, de acordo com o programa/ação, natureza de despesa e fonte de recursos.

Quadro 4 - Demonstrativo de despesas/2017

Funcional Programática	Programa/Ação	Natureza	Fo <u>n</u> te	Valor		
0910	Operações Especiais: Gestão da participação em or nacionais e internacionais	56.720,00				
0910. 00PW	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais - CONIF			56.720,00		
2080	Educação de Qualidade para To	dos		116.342.375,00		
				20.158.483,00		
		3.3.90.00.00	100	643.988,00		
	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais	3.3.90.00.00	188	779.177,00		
2080. 20RG	de Educação Profissional e Tecnológica	4.4.90.00.00	100	5.795.896,0		
	de Educação Fronssionai e Techologica	4.4.90.00.00	188	7.012.593,0		
		4.4.90.00.00	188	3.000.000,0		
	4.4.90.00.00	112	2.926.829,0			
				77.402.828,0		
		3.3.90.00.00	112	62.229.290,0		
	3	3.3.91.00.00	112	2.098.636,0		
2080. 20RL	Educação	3.3.90.00.00	250	1.043.300,0		
	Profissional e Tecnológica	4.4.90.00.00	112	10.000.000,0		
		4.4.90.00.00	250	2.009.339,0		
		4.4.90.00.00	263	22.263,0		
	Assistência ao Educando da Educação Profissional			18.781.064,0		
2080. 2994	e	3.3.90.00.00	100	16.781.064,0		
	Tecnológica	4.4.90.00.00	100	2.000.000,0 389.007.282,0		
2109	2109 Programa de Gestão e manutenção do ministério da educação					
	Contribuição da União, de suas Autarquias e			56.162.925,0		
2109. 09HB	Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	31910000	100	56.162.925,0		
2109. 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores			6.486.084,0		
2109.2004	Civis, Empregados e seus Dependentes	33900000	112	6.486.084,0		
2109. 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em			2.900.000,0		
2109.4372	Processo de Qualificação e Requalificação	33900000	112	2.900.000,0		
2109. 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-			168.864,0		
2107.00111	Funeral e Natalidade	33900000	100	168.864,0		
2109. 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos			2.303.112,0		
2107.2010	Servidores e Empregados	33900000	112	2.303.112,0		
2109. 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados			4.924.740,0		
2109. 2011	Turino-Transporte aos servidores e Empregados	33900000	112	4.924.740,0		
2109. 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados			14.803.104,0		
2109.2012	Muxino-Minientação dos servidores e Empregados	33900000	112	14.803.104,0		
				301.258.453,0		
2109. 20TP	Pessoal Ativo da União	3.1.90.00.00	112	299.613.453,0		
		3.1.91.00.00	112	1.645.000,0		
0089	Previdência de inativos e pensionistas	da união		45.563.97		
0089. 0181	Aposentadorias e			45.563.97		
3007.0101	Pensões - Servidores civis	3.1.90.00.00	100	45.563.97		
	TOTAL GERAL (Despesas Programadas)			550.970.350,0		

5.1 DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA SISTÊMICA

A partir do QDD definido para o exercício de 2017, o orçamento institucional para as despesas correntes (custeio) e de capital (investimento) relativas às ações sistêmicas foi distribuído na forma apresentada no quadro 5, por origem de recurso e ação orçamentária.

São apresentadas, por dimensão estratégica, as frações de recursos orçamentários destinadas às políticas sistêmicas de gestão estratégica, comunicação e eventos, governança, atividades estudantis, ensino, extensão, pesquisa e inovação, gestão de pessoal, gestão administrativa, engenharia e infraestrutura, e tecnologia da informação.

No processo de planejamento, essas frações são denominadas de origens de recursos, cujo detalhamento encontra-se registrado no módulo de Planejamento Institucional do SUAP, que permite a cada gestor sistêmico o monitoramento do planejamento feito pelos órgãos a ele vinculados, possibilitando o acompanhamento da execução orçamentária, haja vista que cada fração recebe um identificador próprio no Plano Interno (PI), por ocasião da descentralização do recurso no Sistema de Administração Financeira (SIAFI), em conformidade com as regras estabelecidas na Nota Técnica Conjunta nº 01/2017 – PROAD-PRODES/IFRN, que orienta a aplicação da Portaria nº 04/2014–SPO/SE/MEC, de 04/11/2014, que instituiu o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Custos.

Cabe ressaltar que na dimensão gestão estratégica foram previstas reservas técnicas nas ações orçamentárias 20RG e 20RL. Na ação 20RG, os recursos planejados a título de reserva correspondem à Emendas Parlamentares de bancada (R\$ 14.476.979) e Emendas Parlamentares Individuais (R\$ 3.000.000), que totalizam R\$ 17.476.979,00. As reservas com recursos da ação 20RL, com fonte do Tesouro previstos para a UO 26435, constituem uma reserva técnica prudencial de R\$ 11.412.058, que corresponde a 11,2% da dotação orçamentária para o IFRN no exercício 2017, excetuando-se os gastos previstos com pessoal, benefícios assistenciais e emendas parlamentares.

A reserva técnica se constitui em estratégia adotada pela Instituição para cobertura de eventuais contingenciamentos de despesas da União durante o exercício, podendo ser utilizada também para cobertura de gastos emergenciais, que não poderiam ser previstos no QDD, a depender da disponibilidade de cota-limite para a execução de financeira.

Quadro 5 – Distribuição dos recursos orçamentários por Origem de Recurso e Ação Orçamentária, para cada dimensão estratégica

DIMENSÃO	ORIGEM DE RECURSO*	VALOR CAPITAL	VALOR CUSTEIO	TOTAL R\$
	PL.20RL.108938 - Reserva Técnica (Estratégica)	1.205.033,00	10.207.022,00	11.412.055,00
1.GESTÃO	E1.20RG.130384 - Emenda Parlamentar Individual - Fonte 0188000000	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
ESTRATÉGICA	E3.20RG.119210 - Emenda Parlamentar Bancada - Fonte 0100000000	5.795.896,00	643.988,00	6.439.884,00
	E4.20RG.119210 - Emenda Parlamentar Bancada - Fonte 0188000000	7.012.593,00	779.177,00	7.791.770,00
	E2.20RG.130385 - Emenda Parlamentar Individual - Fonte 0188000000	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
	IN.20RL.108938 - Fomento a ações de Internacionalização	0,00	245.325,00	245.325,00
2. COMUNICAÇÃO E EVENTOS	CM.20RL.108938 - Fomento a ações de Comunicação e Eventos	109.023,00	64.068,00	173.091,00
3. GOVERNANÇA	GO.20RL.108938 - Fomento a ações de Governança	0,00	11.353,00	11.353,00
4. ATIVIDADES	AE.20RL.108938 - Supervisão de ações de Atividades Estudantis	0,00	37.440,00	37.440,00
ESTUDANTIS	AE.2994.108939 - Fomento a ações de Atividades Estudantis	2.000.000,00	7.181.064,00	9.181.064,00
ESTODANTIS	AE.2994.108941 - Fomento a ações de Atividades Estudantis	0,00	9.600.000,00	9.600.000,00
5. ENSINO	EN.20RL.108938 - Fomento a ações de Ensino	2.000.000,00	1.396.100,00	3.396.100,00
6. EXTENSÃO	EX.20RL.108938 - Fomento a ações de Extensão	0,00	919.058,00	919.058,00
7. PESQUISA E INOVAÇÃO	PI.20RL.108938 - Fomento à Pesquisa e Inovação	0,00	1.277.105,00	1.277.105,00
	GF.00M1.088703 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	0,00	168.864,00	168.864,00
	GF.2011.088705 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	0,00	4.924.740,00	4.924.740,00
	GF.2012.088706 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	0,00	14.803.104,00	14.803.104,00
8. GESTÃO DE	GF.0181.088702 - Aposentadorias e Pensões – Servidores	0,00	45.563.973,00	45.563.973,00
PESSOAL	GF.09HB.088699 - Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores	0,00	56.162.925,00	56.162.925,00
	GF.20TP.088701 - Pessoal Ativo da União	0,00	301.258.453,00	301.258.453,00
	DP.20RL.108938 - Fomento a ações sistêmicas da CODEPE	0,00	312.434,00	312.434,00
	DE.4572.088710 - Fomento a ações de Desenvolvimento de Equipes (Capacitação)	0,00	2.900.000,00	2.900.000,00

	QV.20RL.108938 - Fomento a ações de Qualidade de Vida no Trabalho	20.000,00	535.000,00	555.000,00
	GF.20RL.108938 - Despesas com Estagiários e GECC (folha de pgto)	0,00	0,00	0,00
	GF.2004.088708 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores	0,00	6.486.084,00	6.486.084,00
	GF.2010.088704 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores	0,00	2.303.112,00	2.303.112,00
	RP.20RL.108938 - Arrecadação Própria (Fonte 250026435)	2.031.602,00	1.043.300,00	3.074.902,00
9. GESTÃO	FU.00PW.108940 - Fomento à Participação em Entidade Representação Nacional (CONIF)	0,00	56.720,00	56.720,00
ADMINISTRATIVA	FU.20RL.108938 - Fomento ao Funcionamento das Unidades Gestoras do IFRN	4.501.944,00	45.640.498,00	50.142.442,00
	GM.20RL.108938 - Fomento à Gestão de Materiais	500.000,00	200.000,00	700.000,00
10. ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA	OB.20RG.108942 - Fomento a Projetos de Engenharia	2.926.829,00	0,00	2.926.829,00
10. ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA	OB.20RL.108938 - Fomento a Projetos de Engenharia	500.000,00	1.969.124,00	2.469.124,00
11. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	TI.20RL.108938 - Fomento a ações de Tecnologia da Informação	1.164.000,00	1.513.399,00	2.677.399,00
	TOTAL	32.766.920,00	518.203.430,00	550.970.350,00

^{*} Os dígitos 3º ao 6º, da codificação da Origem de Recursos correspondem ao código da Ação Orçamentária da qual obtém-se o recurso.

Fonte: SUAP

5.2. DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS CAMPI

A programação orçamentária dos *campi* para outros custeios e capital, como referencial global, foi consolidada com base nas seguintes diretrizes:

- atendimento às atividades de assistência ao educando, de gestão funcional dos servidores, de capacitação de servidores (titulação e desenvolvimento de equipes) e de expansão e reestruturação financiadas a partir dos recursos dotados em ação orçamentária própria;
- atendimento a outras atividades estruturantes relativas às dimensões sistêmicas destacadas, financiadas pela ação (20RL), através de frações especificamente destinadas (deltas);
- destinação de recurso da ação 20RL para despesas de capital e de manutenção acadêmica e administrativa, contratos, serviços e funcionamento institucional das unidades (base para despesas essenciais); e;
- destinação de recurso para reserva técnica (inclusive contingenciamentos).

A composição da dotação orçamentária dos *campi* é constituída de três tipos de recursos: o recurso base, o recurso para assistência estudantil e os recursos para outras atividades estruturantes sistêmicas (deltas), inclusive capacitação de servidores.

Considerando que houve uma redução de R\$ 3.967.351 (-5,07%) na dotação inicial da ação 20RL aprovado para o IFRN em 2017, no que tange à fonte do Tesouro (excetuando a previsão de arrecadação própria), o orçamento base para o exercício 2017 das unidades administrativas do Instituto, o qual compõe a *Origem de Recurso* FU.20RL.108938 - Fomento ao Funcionamento das Unidades Gestoras do IFRN, é apresentado no quadro 5, que corresponde aos resultados calculados com referência na base estabelecida no planejamento institucional do exercício anterior, considerando as seguintes diretrizes:

- Manutenção dos valores da base estabelecida no exercício 2016 para os campi Avançados, campus Educação à Distância e Reitoria;
- Garantia de 80% do valor da base estabelecida no exercício 2016 para os *campi* das fases *Expansão e Pré-expansão*;
- Distribuição de 20% do valor da base estabelecida no exercício 2016 entre os campi das fases Expansão e Pré-expansão, divididos em três parcelas calculadas por fatores de ponderação:
 - a) Contribuição para o crescimento das matrículas: peso 0,2.
 Sejam,

TA = Valor total distribuído = (base planejada para esses campi em 2016) x 0,2

$$m{DM_i} = (n^{\circ}matric.\,Campus~i~2015.2 + 2016.1) - (n^{\circ}matric.\,Campus~i~2014.2 + 2015.1),$$
 para $m{i} = 1, \dots, 18$

Considera-se DM_i a diferença entre a soma de matrículas em turmas presenciais do Campus i, relativas aos períodos 2014.2 e 2015.1, e aquelas relativas aos períodos 2015.2 e 2016.1, constantes dos registros do SISTEC, com os dados atualizados até 27/06/2016, apuradas pelo FORPLAN e homologadas pelo CONIF na matriz orçamentária da Rede Federal para o exercício 2017.

$$\mathbf{DM} = \sum_{i=1}^{18} DM_i$$
 e $\mathbf{CA}_i = Valor \ para \ o \ Campus \ i$,

então,

$$CA_i = \left(\frac{DM_i}{D}\right) \times TA$$
, para $DM_i > 0$

Se $DM_i < 0$, o valor de C_i será igualado a zero.

b) Matrículas em unidades produtivas: peso 0,2
 Sejam,

TB = Valor total distribuído = (base planejada para esses campi em 2016) x 0,2

$$\textbf{\textit{MM}}_{\pmb{i}} = \frac{n^{\underline{o}} \ matric. \ agrop. \ Campus \ \pmb{i} \ 2015.2 + n^{\underline{o}} \ matric. \ agrop. \ Campus \ \pmb{i} \ 2016.1}{2}$$
 para $\pmb{i} = 1 \dots, 5$

Considera-se MM_i a média do número de matrículas em turmas presenciais de cursos relacionados à agropecuária, cujos campi são caracterizados pelo funcionamento de unidades produtivas, relativa aos períodos 2015.2 e 2016.1, constantes dos registros do SISTEC, com os dados atualizados até 27/06/2016, apuradas pelo FORPLAN e homologadas pelo CONIF na matriz orçamentária da Rede Federal para o exercício 2017.

$$MM = \sum_{i=1}^{5} MM_{i}$$
 e $CB_{i} = Valor \ para \ o \ Campus \ i$,

então,

$$CB_i = \left(\frac{MM_i}{MM}\right) \times TB$$

c) Participação no total de matrículas: peso 0,6
 Sejam,

TC = Valor total distribuído = (base planejada para esses campi em 2016) x 0,6

$${\it NM_i}=n^{\rm o}$$
 de matrículas presenciais Campus ${\it i}$ 2016.1, para ${\it i}=1,...,18$

Considera-se B_i o número de matrículas em turmas presenciais relativas ao período 2016.1, constantes dos registros do SISTEC, com os dados atualizados até 27/06/2016, apuradas pelo FORPLAN e homologadas pelo CONIF na matriz orçamentária da Rede Federal para o exercício 2017.

$$NM = \sum_{i=1}^{18} NM_i$$
 e $CC_i = Valor \ para \ o \ Campus \ i$,

então,

$$CC_i = \left(\frac{NM_i}{NM}\right) \times TC$$

O quadro 6 apresenta o recurso base para 2017 em cada unidade administrativa do Instituto, de acordo com a metodologia de distribuição apresentada, totalizando R\$ 50.179.879,00.

Quadro 6 – Distribuição dos recursos financeiros para atividades dos *campi*.

	Base 201		Fatores de ponderação (20% da base 2016)		Base 2017		Base 2017 Ajustada		
		garantida	Contribuição	Matrículas em	Participação no		T 1 0/	D : ~	
Campus	Base 2016	000/ 1 D	para o cresc. das matrículas	unidade produtiva	total de matrículas	Valor	Var. % sobre	Recomposição para a base	Total
		80% da Base	presenciais	produtiva	maurcuras	(R\$ 1,00)	2016	2016	Totai
		de 2016	(peso 0,2)	(peso 0,2)	(peso 0,6)		2010	2010	
Apodi	2.385.189	1.908.152	0	367.147	207.095	2.482.393	4,08%	97.204	2.482.393
Caicó	1.663.586	1.330.869	77.733	0	266.548	1.675.149	0,70%	11.564	1.675.149
Canguaretama	1.168.712	934.970	133.689	0	90.005	1.158.664	-0,86%	(10.048)	1.168.712
Ceará-Mirim	1.164.858	931.886	88.759	0	84.886	1.105.531	-5,09%	(59.327)	1.164.858
Currais Novos	2.649.463	2.119.570	0	345.470	343.507	2.808.547	6,00%	159.084	2.808.547
Ipanguaçu	2.903.658	2.322.927	0	304.827	242.767	2.870.520	-1,14%	(33.138)	2.903.658
João Câmara	1.964.415	1.571.532	89.310	0	211.389	1.872.231	-4,69%	(92.184)	1.964.415
Macau	2.180.876	1.744.701	58.713	275.021	213.205	2.291.641	5,08%	110.764	2.291.641
Mossoró	2.810.132	2.248.106	207.563	0	498.250	2.953.918	5,12%	143.786	2.953.918
Natal-Central	11.089.954	8.871.963	335.739	0	1.395.661	10.603.364	-4,39%	(486.591)	11.089.954
Natal-Cidade Alta	1.497.960	1.198.368	39.142	0	251.850	1.489.360	-0,57%	(8.600)	1.497.960
Natal-Zona Norte	1.758.236	1.406.589	217.762	0	233.023	1.857.374	5,64%	99.138	1.857.374
Nova Cruz	1.707.786	1.366.229	37.488	0	235.335	1.639.052	-4,02%	(68.734)	1.707.786
Parnamirim	1.798.547	1.438.838	201.499	0	235.665	1.876.002	4,31%	77.455	1.876.002
Pau dos Ferros	2.199.251	1.759.401	33.353	443.015	208.416	2.444.185	11,14%	244.934	2.444.185
Santa Cruz	1.632.983	1.306.386	91.791	0	224.435	1.622.612	-0,64%	(10.370)	1.632.983
São G. do Amarante	1.612.101	1.289.681	48.514	0	190.910	1.529.105	-5,15%	(82.996)	1.612.101
São Paulo do Potengi	1.199.276	959.421	74.425	0	73.491	1.107.336	-7,67%	(91.940)	1.199.276
SUBTOTAL	43.386.984	34.709.587	1.735.479	1.735.479	5.206.438	43.386.984	0,00%	943.928	44.330.912
Educação a Distância	624.065								624.065
Parelhas	841.705								841.705
Lajes	834.842								834.842
Reitoria	3.548.355								3.548.355
TOTAL	49.235.950								50.179.879

Fonte: elaborado pelo PRODES.

O quadro 7 sintetiza o resumo de recursos que foram distribuídos para o planejamento dos *campi* e da Reitoria por tipo de recurso, o qual mantém uma relação com finalidade planejada.

Quadro 7 - Resumo de recursos distribuídos finalidades de aplicação.

Tipificação da finalidade	Valor	Percentual
Base	50.179.879	9,1%
Assistência estudantil	18.781.064	3,4%
Outras atividades estruturantes	22.094.440	4,0%
Reserva Técnica	28.243.712	5,1%
Pessoal e Benefícios Assistenciais	431.671.255	78,3%
TOTAL	550.970.350	

Fonte: elaborado PRODES.

O quadro 8 apresenta as disponibilidades orçamentárias inicialmente previstas para cada uma das unidades administrativas dos Instituto em decorrência do rateamento das 33 (trinta e três) Origens de Recursos, cujos valores foram comprometidos com as previsões de despesas no processo de planejamento, que foi operacionalizado no módulo de Planejamento Institucional do SUAP, em ações necessárias para a consecução das metas de cada uma das dimensões estratégicas.

Excetuando a Origem de Recurso "FU.20RL.108938 - Fomento ao Funcionamento das Unidades Gestoras do IFRN", cujos valores por unidade administrativa foram obtidos a partir da metodologia apresentada anteriormente, as demais frações dos recursos foram rateadas pelos respectivos responsáveis pela gestão sistêmica dos recursos, respeitando critérios próprios condizentes com as finalidades e políticas de desenvolvimento das dimensões estratégicas para as quais esses recursos fomentarão as ações.

Cabe ressaltar que estão centralizados na unidade administrativa Reitoria os recursos relativos à gestão funcional de servidores ativos e inativos para a folha de pagamentos, bem como, inicialmente centralizados, os recursos constantes das Origens de Recursos referentes à reserva técnica do Instituto e outras, cujas gestões sistêmicas responsáveis somente irão definir os limites e valores a serem repassados a cada unidade no decorrer do exercício, devido à inexistência, até o fechamento do Planejamento, de elementos conclusivos, tais como resultados de editais, definição de projetos prioritários, limitações orçamentárias etc.

Quadro 8 – Distribuição dos recursos inicialmente disponibilizados para o planejamento de todas as Unidades (recurso base e atividades sistêmicas) e recursos inicialmente centralizados na Reitoria.

Unidade	GND	Origem de recurso			
Unidade		AE.20RL.108938	AE.2994.108939	AE.2994.108941	CM.20RL.108938
AP	Custeio/Pess.	-	349.832,64	453.924,20	-
<i>i</i> 11	Capital	ı	ı	-	-
CA	Custeio/Pess.	1	281.096,71	353.094,06	-
CA	Capital	1	1	-	-
CAL	Custeio/Pess.	-	220.461,40	457.284,49	-
CAL	Capital	-	1	-	-
CANG	Custeio/Pess.	-	212.331,89	272.342,91	-
CANG	Capital	-	-	-	-
CM	Custeio/Pess.	-	249.881,57	273.836,03	-
CIVI	Capital	-	ı	-	-
CN	Custeio/Pess.	-	314.458,25	466.125,75	-
CN	Capital	-	ı	-	-
CNAT	Custeio/Pess.	-	1.080.298,26	1.619.686,75	-
CNAI	Capital		-	-	-
EAD	Custeio/Pess.	-	-	174.998,35	-
LAD	Capital	-	-	-	-
IP	Custeio/Pess.	-	348.303,38	450.240,26	-
117	Capital	ı	ı	-	-
JC	Custeio/Pess.	ı	256.901,66	398.808,65	-
JC	Capital	ı	ı	-	-
LAJ	Custeio/Pess.	ı	228.199,50	142.933,04	-
LAJ	Capital	ı	ı	-	-
MC	Custeio/Pess.	ı	220.000,00	480.621,80	-
MC	Capital	ı	ı	-	-
MO	Custeio/Pess.	ı	350.004,27	430.621,92	-
MO	Capital	1	1	-	-
NC	Custeio/Pess.	-	470.112,69	274.406,34	-
NC	Capital	-	1	-	-
PAAS	Custeio/Pess.	-	123.989,00	173.806,65	-
IAAS	Capital	-	1	-	-
PAR	Custeio/Pess.	-	269.080,00	411.551,33	-
TAK	Capital	ı	ı	-	-
PF	Custeio/Pess.	ı	403.394,37	360.200,00	-
1 F	Capital	-	-	-	-
SC	Custeio/Pess.	-	364.291,56	472.869,29	-
SC.	Capital	-	-	-	-
SGA	Custeio/Pess.	-	308.289,92	316.134,04	-
SGA	Capital	-	1	-	-
SPP	Custeio/Pess.	-	210.105,20	226.476,00	-
21.1	Capital	-	-	-	-
ZN	Custeio/Pess.	-	319.132,79	448.262,20	-
	Capital	-	-	-	-
RE	Custeio/Pess.	37.440,00	600.898,94	941.775,94	64.068,00
KE	Capital	-	2.000.000,00	-	109.023,00
Subtotal	Custeio/Pess.	37.440,00	7.181.064,00	9.600.000,00	64.068,00
Subtotal	Capital	-	2.000.000,00	-	109.023,00
T	OTAL	37.440,00	9.181.064,00	9.600.000,00	173.091,00

T7 • 1 1	CND	Origem de recurso				
Unidade	GND	DE.4572.088710	DP.20RL.108938		E2.20RG.130385	
AP	Custeio/Pess.	72.272,78	1	-	-	
AI	Capital	ı	ı	-	-	
CA	Custeio/Pess.	67.755,73	-	-	-	
CA	Capital	-	-	-	-	
CAL	Custeio/Pess.	67.755,73	-	-	-	
CAL	Capital	-	-	-	-	
CANG	Custeio/Pess.	67.755,73	-	-	-	
CANG	Capital	-	-	-	-	
CM	Custeio/Pess.	67.755,73	-	-	-	
CM	Capital	-	-	-	-	
CNI	Custeio/Pess.	70.982,20	-	-	-	
CN	Capital	-	-	-	-	
CONT. A PER	Custeio/Pess.	342.005,13	-	-	-	
CNAT	Capital	-	-	-	-	
EAR	Custeio/Pess.	34.200,51	-	-	-	
EAD	Capital	-	-	-	-	
	Custeio/Pess.	72.272,78	-	-	-	
IP	Capital	-	-	-	-	
	Custeio/Pess.	67.755,73	-	-	_	
JC	Capital	-	-	_	-	
	Custeio/Pess.	34.200,51	_	_	-	
LAJ	Capital	31.200,31	_	_	_	
	Custeio/Pess.	70.982,20	_	_	_	
MC	Capital	70.702,20	_	_	_	
	Custeio/Pess.	98.729,78		_		
MO	Capital	70.727,70				
	Custeio/Pess.	67.755,73				
NC	Capital	07.733,73		_	_	
	Custeio/Pess.	34.200,51	_	_	-	
PAAS	Capital	34.200,31	_	_	-	
	Custeio/Pess.	67.755,73	_	-	-	
PAR		07.733,73		-	-	
	Custoia/Page	70.982,20		-	-	
PF	Custeio/Pess.	70.982,20		-	-	
	Capital Custeio/Pess.	- 67 755 72	-	-	-	
SC		67.755,73	-	-	-	
	Capital		-	-	-	
SGA	Custeio/Pess.	67.755,73	-	-	-	
	Capital	-	-	-	-	
SPP	Custeio/Pess.	67.755,73	-	-	-	
	Capital	-	-	-	-	
ZN	Custeio/Pess.	67.755,73	-	-	-	
	Capital	1 252 252 55	-	-	-	
RE	Custeio/Pess.	1.253.858,37	312.434,00	-	-	
	Capital	-	-	2.000.000,00	1.000.000,00	
Subtotal	Custeio/Pess.	2.900.000,00	312.434,00	-	-	
	Capital	-	-	2.000.000,00	1.000.000,00	
T	OTAL	2.900.000,00	312.434,00	2.000.000,00	1.000.000,00	

T7 • 1 1	CND		Origem d	le recurso	
Unidade	GND	E3.20RG.119210	E4.20RG.119210	EN.20RL.108938	EX.20RL.108938
AP	Custeio/Pess.	-	-	37.836,00	12.600,00
AI	Capital	-	-	80.000,00	-
CA	Custeio/Pess.	-	-	45.647,00	62.600,00
CA	Capital	-	-	80.000,00	-
CAL	Custeio/Pess.	-	-	9.265,00	12.600,00
CAL	Capital	-	-	80.000,00	-
CANG	Custeio/Pess.	-	-	38.909,00	8.400,00
CANG	Capital	-	-	80.000,00	-
CM	Custeio/Pess.	-	-	21.445,00	8.400,00
CIVI	Capital	-	-	80.000,00	-
CN	Custeio/Pess.	-	-	38.178,00	16.800,00
CN	Capital	-	-	80.000,00	-
CNAT	Custeio/Pess.	-	-	-	42.000,00
CIVAI	Capital		-	400.000,00	-
EAD	Custeio/Pess.	-	-	202.775,00	8.400,00
EAD	Capital	-	-	80.000,00	-
IP	Custeio/Pess.	-	-	39.731,00	16.800,00
IP	Capital	-	-	80.000,00	-
IC	Custeio/Pess.	-	-	43.014,00	12.600,00
JC	Capital	-	-	80.000,00	-
T A T	Custeio/Pess.	-	-	29.016,00	8.400,00
LAJ	Capital	-	-	50.000,00	-
MC	Custeio/Pess.	-	-	35.680,00	12.600,00
MC	Capital	-	-	80.000,00	-
140	Custeio/Pess.	-	-	52.619,00	25.200,00
MO	Capital	-	-	140.000,00	-
NO	Custeio/Pess.	-	-	36.915,00	12.600,00
NC	Capital	-	-	80.000,00	-
DAAG	Custeio/Pess.	-	-	27.700,00	8.400,00
PAAS	Capital	-	-	50.000,00	-
DAD	Custeio/Pess.	-	-	27.418,00	12.600,00
PAR	Capital	-	-	80.000,00	-
DE	Custeio/Pess.	-	-	55.091,00	12.600,00
PF	Capital	-	-	80.000,00	-
ec.	Custeio/Pess.	-	-	42.363,00	12.600,00
SC	Capital	-	-	80.000,00	-
SC A	Custeio/Pess.	-	-	7.431,00	12.600,00
SGA	Capital	-	-	80.000,00	-
CDD	Custeio/Pess.	-	-	25.835,00	8.400,00
SPP	Capital	-	-	80.000,00	-
ZN	Custeio/Pess.	-	-	15.143,00	16.800,00
	Capital	-	-	80.000,00	-
DE	Custeio/Pess.	643.988,00	779.177,00	564.089,00	575.058,00
RE	Capital	5.795.896,00	7.012.593,00	-	-
Cb4-4-1	Custeio/Pess.	643.988,00	779.177,00	1.396.100,00	919.058,00
Subtotal	Capital	5.795.896,00	7.012.593,00	2.000.000,00	-
T	OTAL	6.439.884,00	7.791.770,00	3.396.100,00	919.058,00

** • • •	GN.D	Origem de recurso			
Unidade	GND	FU.00PW.108940	FU.20RL.108938	GF.00M1.088703	GF.0181.088702
A D	Custeio/Pess.	-	2.234.154,00	-	-
AP	Capital	-	248.239,00	-	-
CA	Custeio/Pess.	-	1.507.634,00	-	-
CA	Capital	-	167.515,00	-	-
CAL	Custeio/Pess.	-	1.348.164,00	-	-
CAL	Capital	-	149.796,00	-	-
CANG	Custeio/Pess.	-	1.051.841,00	-	-
CANG	Capital	-	116.871,00	-	-
CM	Custeio/Pess.	-	1.048.372,00	-	-
CIVI	Capital	-	116.486,00	-	-
CN	Custeio/Pess.	-	2.527.692,00	-	-
CIV	Capital	-	280.855,00	-	-
CNAT	Custeio/Pess.	-	9.980.959,00	-	-
CNAI	Capital	-	1.108.995,00	-	-
EAD	Custeio/Pess.	-	561.659,00	-	-
LAD	Capital	-	62.407,00	-	-
IP	Custeio/Pess.	-	2.613.292,00	-	-
11	Capital	-	290.366,00	-	-
JC	Custeio/Pess.	-	1.767.974,00	-	-
JC	Capital	-	196.442,00	-	-
LAJ	Custeio/Pess.	-	751.358,00	-	-
LAJ	Capital	-	83.484,00	-	-
MC	Custeio/Pess.	-	2.062.477,00	-	-
MIC	Capital	-	229.164,00	-	-
MO	Custeio/Pess.	-	2.658.526,00	-	-
MO	Capital	-	295.392,00	-	-
NC	Custeio/Pess.	-	1.537.007,00	-	-
110	Capital	-	170.779,00	-	-
PAAS	Custeio/Pess.	-	757.535,00	-	-
171710	Capital	-	84.171,00	-	-
PAR	Custeio/Pess.	-	1.788.401,00	-	-
1711	Capital	-	87.600,00	-	-
PF	Custeio/Pess.	-	2.199.767,00	-	-
	Capital	-	244.419,00	-	-
SC	Custeio/Pess.	-	1.469.684,00	-	-
	Capital	-	163.298,00	-	-
SGA	Custeio/Pess.	-	1.512.101,00	-	-
	Capital	-	100.000,00	-	-
SPP	Custeio/Pess.	-	1.079.349,00	-	-
	Capital	-	119.928,00	-	-
ZN	Custeio/Pess.	-	1.671.636,00	-	-
	Capital	-	185.737,00	-	-
RE	Custeio/Pess.	56.720,00	3.510.916,00	168.864,00	45.563.973,00
	Capital	-	-	-	-
Subtotal	Custeio/Pess.	56.720,00	45.640.498,00	168.864,00	45.563.973,00
	Capital		4.501.944,00	-	-
TO	OTAL	56.720,00	50.142.442,00	168.864,00	45.563.973,00

Unidada	Juidade GND GREATH AND			le recurso	
Ullidade		GF.09HB.088699	GF.2004.088708	GF.2010.088704	GF.2011.088705
AP	Custeio/Pess.	-	-	-	-
А	Capital	-	-	-	-
CA	Custeio/Pess.	-	-	-	-
CA	Capital	-	-	-	-
CAL	Custeio/Pess.	-	-	-	-
CAL	Capital	-	-	1	-
CANG	Custeio/Pess.	-	-	1	-
CANG	Capital	-	-	1	-
CM	Custeio/Pess.	-	-	1	-
CIVI	Capital	-	-	ı	-
CN	Custeio/Pess.	-	ı	ı	ı
CN	Capital	-	ı	ı	ı
CNAT	Custeio/Pess.	-	-	-	-
CNAI	Capital	-	-	-	-
EAD	Custeio/Pess.	-	-	-	-
LAU	Capital	-	-	-	-
IP	Custeio/Pess.	-	-	-	-
ır	Capital	-	-	-	-
JC	Custeio/Pess.	-	-	-	-
JC	Capital	-	-	-	-
LAJ	Custeio/Pess.	-	-	-	-
LAJ	Capital	-	-	-	-
MC	Custeio/Pess.	-	-	-	-
MC	Capital	-	-	-	-
MO	Custeio/Pess.	-	-	-	-
MO	Capital	-	-	-	-
NC	Custeio/Pess.	-	-	-	-
NC	Capital	-	-	-	-
DAAC	Custeio/Pess.	-	-	-	-
PAAS	Capital	-	-	-	-
DAD	Custeio/Pess.	-	-	-	-
PAR	Capital	-	-	-	-
DE	Custeio/Pess.	-	-	-	-
PF	Capital	-	-	-	-
SC	Custeio/Pess.	-	-	-	-
SC	Capital	-	-	-	-
SCA	Custeio/Pess.	-	-	-	-
SGA	Capital	-	-	-	-
CDD	Custeio/Pess.	-	-	-	-
SPP	Capital	-	-	-	-
7N	Custeio/Pess.	-		-	-
ZN	Capital	-	-	-	-
DE	Custeio/Pess.	56.162.925,00	6.486.084,00	2.303.112,00	4.924.740,00
RE	Capital	-	-	-	-
0.14.4.3	Custeio/Pess.	56.162.925,00	6.486.084,00	2.303.112,00	4.924.740,00
Subtotal	Capital	-	-	-	-
To	OTAL	56.162.925,00	6.486.084,00	2.303.112,00	4.924.740,00

	G N T D		Origem	de recurso	
Unidade	GND	GF.2012.088706	GF.20TP.088701	GM.20RL.108938	GO.20RL.108938
A.D.	Custeio/Pess.	-	-	-	-
AP	Capital	-	-	-	-
C.A	Custeio/Pess.	-	-	-	-
CA	Capital	-	-	-	-
CAT	Custeio/Pess.	-	-	-	-
CAL	Capital	-	-	-	-
CANC	Custeio/Pess.	-	-	-	-
CANG	Capital	-	-	-	-
CM	Custeio/Pess.	-	-	-	-
CM	Capital	-	-	-	-
CNI	Custeio/Pess.	-	-	-	-
CN	Capital	-	-	-	-
CNAT	Custeio/Pess.	-	-	-	-
CNAI	Capital	-	-	-	-
EAD	Custeio/Pess.	-	-	-	
LAD	Capital	-	-	-	-
IP	Custeio/Pess.	-	-	-	-
IP	Capital	-	-	-	1
JC	Custeio/Pess.	-	-	-	1
JC	Capital	-	-	-	1
LAJ	Custeio/Pess.	-	-	-	1
LAJ	Capital	-	-	-	1
MC	Custeio/Pess.	-	-	-	1
MC	Capital	-	-	-	1
МО	Custeio/Pess.	-	-	-	ı
MO	Capital	-	-	-	ı
NC	Custeio/Pess.	-	-	-	-
NC	Capital	-	-	-	-
PAAS	Custeio/Pess.	-	-	-	-
IAAS	Capital	-	-	-	-
PAR	Custeio/Pess.	-	-	-	-
IAK	Capital	-	-	-	-
PF	Custeio/Pess.	-	-	-	-
11	Capital	-	-	-	-
SC	Custeio/Pess.	-	-	-	-
50	Capital	-	-	-	-
SGA	Custeio/Pess.	-	-	-	-
5611	Capital	-	-	-	-
SPP	Custeio/Pess.	-	-	-	-
	Capital	-	-	-	-
ZN	Custeio/Pess.	-	-	-	-
	Capital	-	-	-	-
RE	Custeio/Pess.	14.803.104,00	301.258.453,00	200.000,00	11.353,00
	Capital	_	-	500.000,00	-
Subtotal	Custeio/Pess.	14.803.104,00	301.258.453,00	200.000,00	11.353,00
	Capital	-	-	500.000,00	-
T0	OTAL	14.803.104,00	301.258.453,00	700.000,00	11.353,00

Tinidada	origem de recurso				
Unidade		IN.20RL.108938			PI.20RL.108938
AP	Custeio/Pess.	-	-	-	-
AI	Capital	-	-	-	-
CA	Custeio/Pess.	-	-	-	-
CA	Capital	-	-	-	-
CAL	Custeio/Pess.	-	-	-	-
CAL	Capital	-	-	-	-
CANG	Custeio/Pess.	-	-	-	-
CANG	Capital	-	-	-	-
CM	Custeio/Pess.	-	-	-	-
CIVI	Capital	1	-	-	ı
CN	Custeio/Pess.	1	-	-	1
CIV	Capital	1	-	-	1
CNAT	Custeio/Pess.	1	-	-	1
CNAI	Capital	ı	1	-	ı
EAD	Custeio/Pess.	-	-	-	-
LAD	Capital	ı	1	-	ı
IP	Custeio/Pess.	ı	1	-	ı
11	Capital	ı	1	-	ı
JC	Custeio/Pess.	1	1	-	1
JC	Capital	1	1	-	1
LAJ	Custeio/Pess.	-	-	-	-
LAJ	Capital	-	-	-	-
MC	Custeio/Pess.	-	-	-	-
MC	Capital	-	-	-	-
MO	Custeio/Pess.	-	-	-	-
MO	Capital	-	-	-	-
NC	Custeio/Pess.	-	-	-	-
NC	Capital	-	-	-	-
PAAS	Custeio/Pess.	-	-	-	-
PAAS	Capital	-	-	-	-
PAR	Custeio/Pess.	1	1	-	1
PAK	Capital	1	1	-	1
PF	Custeio/Pess.	ı	1	-	ı
rr	Capital	1	1	-	1
SC	Custeio/Pess.	-	-	-	1
SC	Capital	-	-	-	-
SGA	Custeio/Pess.			-	-
SGA	Capital	-	-	-	-
SPP	Custeio/Pess.	-	-	-	
SPP	Capital	-	-	-	-
7N	Custeio/Pess.	-	-	-	
ZN	Capital	-	-	-	-
DE	Custeio/Pess.	245.325,00	-	1.969.124,00	1.277.105,00
RE	Capital	-	2.926.829,00	500.000,00	-
Cb4-4-1	Custeio/Pess.	245.325,00	-	1.969.124,00	1.277.105,00
Subtotal	Capital		2.926.829,00	500.000,00	-
T	OTAL	245.325,00	2.926.829,00	2.469.124,00	1.277.105,00

T7 . 1 . 1	CIVID		Origem o	le recurso	
Unidade	GND	PL.20RL.108938	QV.20RL.108938	RP.20RL.108938	TI.20RL.108938
AP	Custeio/Pess.	-	10.000,00	-	46.885,00
Ar	Capital	-	-	-	4.000,00
CA	Custeio/Pess.	-	10.000,00	-	885,00
CA	Capital	-	-	-	50.000,00
CAT	Custeio/Pess.	-	10.000,00	-	885,00
CAL	Capital	-	-	-	50.000,00
CANC	Custeio/Pess.	-	10.000,00	-	15.443,00
CANG	Capital	-	-	-	35.000,00
CM	Custeio/Pess.	-	10.000,00	-	885,00
CM	Capital	-	-	-	50.000,00
ON	Custeio/Pess.	-	13.000,00	-	885,00
CN	Capital	-	-	-	50.000,00
CNIATE	Custeio/Pess.	-	35.000,00	-	885,00
CNAT	Capital	-	-	-	-
EAD	Custeio/Pess.	-	7.000,00	-	885,00
EAD	Capital	-	-	-	-
	Custeio/Pess.	-	13.000,00	-	885,00
IP	Capital	-	-	-	50.000,00
-~	Custeio/Pess.	-	10.000,00	-	885,00
JC	Capital	-	-	-	50.000,00
	Custeio/Pess.	_	7.000,00	-	885,00
LAJ	Capital	_	-	-	50.000,00
	Custeio/Pess.	_	10.000,00	_	6.885,00
MC	Capital	_	-	_	44.000,00
	Custeio/Pess.	_	15.000,00	_	10.443,00
MO	Capital	_	-	_	40.000,00
	Custeio/Pess.	_	10.000,00	_	10.885,00
NC	Capital	_	-	-	40.000,00
	Custeio/Pess.	_	7.000,00	-	885,00
PAAS	Capital	_	-	-	50.000,00
	Custeio/Pess.	_	10.000,00	-	885,00
PAR	Capital	_	-	_	47.500,00
	Custeio/Pess.	_	13.000,00	-	885,00
PF	Capital	_	-	_	50.000,00
	Custeio/Pess.	_	10.000,00	_	9.885,00
SC	Capital	_	-	_	41.000,00
	Custeio/Pess.	_	10.000,00	_	20.885,00
SGA	Capital	_	-	_	30.000,00
	Custeio/Pess.	_	10.000,00	_	10.885,00
SPP	Capital	_	-	_	40.000,00
ZN	Custeio/Pess.	_	10.000,00	_	10.885,00
	Capital	_	-	_	40.000,00
	Custeio/Pess.	10.207.022,00	295.000,00	1.043.300,00	1.359.698,00
RE	Capital	1.205.033,00	20.000,00	2.031.602,00	352.500,00
	Custeio/Pess.	10.207.022,00	535.000,00	1.043.300,00	1.513.399,00
Subtotal	Capital	1.205.033,00	20.000,00	2.031.602,00	1.164.000,00
	OTAL	11.412.055,00	555.000,00	3.074.902,00	2.677.399,00
1,	JIAL	11.714.000,00	222.000,00	2.077.704,00	₩•₩11•₩77 ,00

Unidade	GND	Valor T	Valor Total		
AP	Custeio/Pess.	3.217.504,62	3.549.743,62		
AI	Capital	332.239,00	3.347.743,02		
CA	Custeio/Pess.	2.328.712,50	2.626.227,50		
CA	Capital	297.515,00	2.020.221,30		
CAL	Custeio/Pess.	2.126.415,62	2.406.211,62		
CAL	Capital	279.796,00	2.400.211,02		
CANG	Custeio/Pess.	1.677.023,53	1.908.894,53		
CANG	Capital	231.871,00	1.900.094,53		
CM	Custeio/Pess.	1.680.575,33	1.927.061,33		
CM	Capital	246.486,00	1.927.001,33		
CN	Custeio/Pess.	3.448.121,20	3.858.976,20		
CN	Capital	410.855,00	3.030.970,20		
CNAT	Custeio/Pess.	13.100.834,14	14.609.829,14		
CNAI	Capital	1.508.995,00	14.009.829,14		
EAD	Custeio/Pess.	989.917,86	1.132.324,86		
EAD	Capital	142.407,00	1.132.324,00		
IP	Custeio/Pess.	3.554.524,42	3.974.890,42		
IP	Capital	420.366,00	3.974.090,42		
IC	Custeio/Pess.	2.557.939,04	2 004 201 04		
JC	Capital	326.442,00	2.884.381,04		
TAT	Custeio/Pess.	1.201.992,05	1 205 477 05		
LAJ	Capital	183.484,00	1.385.476,05		
MC	Custeio/Pess.	2.899.246,00	2 252 410 00		
MC	Capital	353.164,00	3.252.410,00		
MO	Custeio/Pess.	3.641.143,97	4 117 525 05		
MO	Capital	475.392,00	4.116.535,97		
NC	Custeio/Pess.	2.419.681,76	2.710.460.76		
NC	Capital	290.779,00	2.710.460,76		
DA A G	Custeio/Pess.	1.133.516,16	1 215 (05 1)		
PAAS	Capital	184.171,00	1.317.687,16		
DAD	Custeio/Pess.	2.587.691,06	2 002 501 07		
PAR	Capital	215.100,00	2.802.791,06		
DE	Custeio/Pess.	3.115.919,57	2 400 220 55		
PF	Capital	374.419,00	3.490.338,57		
SC	Custeio/Pess.	2.449.448,58	2 722 746 70		
SC	Capital	284.298,00	2.733.746,58		
SCA	Custeio/Pess.	2.255.196,69	2 465 106 60		
SGA	Capital	210.000,00	2.465.196,69		
CDD	Custeio/Pess.	1.638.805,93	1 050 533 03		
SPP	Capital	239.928,00	1.878.733,93		
77NI	Custeio/Pess.	2.559.614,72	2 075 251 52		
ZN	Capital	305.737,00	2.865.351,72		
DE	Custeio/Pess.	457.619.605,25	402.052.004.55		
RE	Capital	25.453.476,00	483.073.081,25		
g	Custeio/Pess.	518.203.430,00			
Subtotal	Capital	32.766.920,00	550.970.350,00		
Т	OTAL	7	550.970.350,00		

Fonte: SUAP.

6. METAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

Tendo como referência a organização do PDI 2014-2018, revisão 2015, e considerando o resultado das atividades desenvolvidas para o planejamento 2017, são apresentados à sequência, para cada dimensão, os objetivos estratégicos, as ações planejadas e os indicadores quantitativos para as metas institucionais.

Dimensão: 1. GESTÃO ESTRATÉGICA

Macroprocesso: Função social

Objetivo	1.1. Fortalecer a identidade institucional e promover análise de demandas
estratégico	acadêmicas em vinculação com o desenvolvimento e os arranjos produtivos,
estrategico	sociais e culturais locais

1.1.1. Fomentar a elaboração de relatórios das demandas de ofertas Meta educacionais, pesquisa e inovação e extensão existentes e emergentes nos territórios de abrangência da instituição			
Responsável pela sistematização PRODES	PRINHS I PRINHS A COMMO		
Ação (ões) planejada (s)		Valor financeiro (R\$ 1,00)	
1.1.1.1. Realizar levantamento diagnóstico sobre o desenvolvimento e as demandas produtivas regionais		0	
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico	
Quantidade de relatórios de demandas de inovação e extensão elaborados	e ofertas educacionais, pesquisa e	1	

Meta 1.1.2. Fortalecer as ações de acompanhamento da permanência e do êxito dos estudantes			
Responsável pela sistematização PRODES	Responsável pela execução CIPE central e Cl	IPEs locais	
Ação (ões) pl	Valor financeiro (R\$ 1,00)		
1.1.2.1. Realizar ações estruturantes e sistêmicas de acompanhamento da permanência e do êxito dos estudantes		1.245,00	
Indicador (es) quantitativo (s)			
Índice de Permanência e Êxito (IPE)		68,0%	

Meta	1.1.3. acadê		a iden	tidade	instituciona	l no	âmbito	da	comunidade
Responsáve sistematiza	el pela ção	PRODES		Respo execu	onsável pela ção	PRO	DES e ca	mpi	
Ação (ões) planejada (s)			Valor financeiro (R\$ 1,00)						

1.1.3.1. Desenvolver campanhas comunicacionais que fortaleçam a identidade institucional e o conhecimento sobre a instituição	0
1.1.3.2. Desenvolver programas e eventos de formação continuada em identidade institucional e cultura organizacional para servidores e alunos	0
Indicador (es) quantitativo (s)	Valor físico
Índice de satisfação geral em relação à instituição	4,22

Macroprocesso: Órgãos colegiados e de assessoramento

Objetivo 1.2. Garantir o funcionamento, a tomada de decisão e a autonomia dos órgãos estratégico colegiados e de assessoramento

Meta 1.2.1. Fomentar a realiz assessoramento institucion	ação de reuniões dos órgãos colo ais	egiados e de
Responsável pela GABIN/RE e	Responsável pela Gabinetes da Reite	oria e dos
sistematização ASTEC	execução campi	
Ação (ões) pla	anejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
1.2.1.1. Estruturar comissão permanento permanência e êxito sistêmica (vinculad campi)	0	
1.2.1.2. Fomentar a participação dos estu órgãos colegiados dos cursos e da institui	0	
1.2.1.3. Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados		22.702,99
1.2.1.4. Realizar reuniões periódicas dos	20.500,00	
Indicador (es) qu	Valor físico	
Quantidade de reuniões dos órgãos coleg-	25	
Quantidade de reuniões dos órgãos de ass	62	

Macroprocesso: Transparência e descentralização

Objetivo 1.3. Fortalecer a transparência dos atos de gestão e os processos de estratégico descentralização institucional

Meta 1.3.1. Fortalecer a transparência e a agilidade de publicização dos atos dos colegiados superiores		
Responsável pela GABIN/RE sistematização Responsável pela execução ASTEC		
Ação (ões)	planejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
1.3.1.1. Promover a transparência dos atos dos órgãos colegiados superiores.		0
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico
Média de dias entre a realização das reu atas do CONSUP, CONSEPEX e CODI	niões e a disponibilização das respectivas IR no site institucional	21

Percentual de resoluções ad referendum do CONSUP, CONSEPEX e CODIR	4,0%
	-,-,-

Meta 1.3.2. Fortalecer a transparência dos atos de gestão			
Responsável pela Gabinetes da Reitoria			
sistematização	execução campi		
Ação (ões	s) planejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)	
3 1	ortal da transparência, carta de serviços ao documentos públicos de transparência	0	
1.3.2.2. Institucionalizar calendário de reuniões de diálogo com as entidades de representação de estudantes e de servidores		0	
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico	
Periodicidade de atualização das informações no site institucional		3	

Meta 1.3.3. Fortalecer os proces	Meta 1.3.3. Fortalecer os processos institucionais de autonomia e descentralização		
Responsável pela PRODES sistematização	Responsável pela PRODES e campi execução		
Ação (ões)	planejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)	
1.3.3.1. Criar protocolos administrativos para ações administrativas e institucionais		0	
1.3.3.2. Realizar ações de supervisão da administrativas	descentralização de ações acadêmicas e	32.817,84	
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico	
Percentual de campi com ações de supervisão realizadas		80%	

Macroprocesso: Gestão organizacional

Objetivo 1.4. Adequar a estrutura organizacional e documentos institucionais de estratégico referência para promover a função social

Meta 1.4.1. Atualizar os docinstitucional	umentos institucionais relativos ao	planejamento
Responsável pela PRODES sistematização PRODES e campi execução		
Ação (ões) planejada (s)		Valor financeiro (R\$ 1,00)
1.4.1.1. Elaborar e revisar as políticas e os documentos institucionais		0
1.4.1.2. Promover a revisão de políticas institucionais		0
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico
Quantidade de documentos institucionais relativos ao planejamento atualizados		1

Meta 1.4.2. Aperfeiçoar a estrutur autonomia dos <i>campi</i>	a organizacional de modo a fortalecer	a
I - PRODES I -	oonsável pela ução PRODES e campi	
Ação (ões) planejada (s))
1.4.2.1. Promover a revisão de documentos institucionais estratégicos		
Indicador (es) quantitativo (s)		20
Quantidade de documentos institucionais relat atualizados	vos à estrutura organizacional 3	

Macroprocesso: Planejamento estratégico

Objetivo 1.5. Sistematizar e acompanhar o planejamento participativo integrado à estratégico avaliação institucional

Meta 1.5.1. Ampliar a particip planejamento institucional	pação na elaboração e no acompa l anual participativo	nhamento do
Responsável pela sistematização Responsável pela execução Responsável pela execução		
Ação (ões) pla	anejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
1.5.1.1. Aprimorar os parâmetros de distr	ribuição orçamentária	0
1.5.1.2. Desenvolver estratégias que garantam o planejamento participativo para todas as unidades do IFRN		0
1.5.1.3. Desenvolver métodos e ferramentas para o acompanhamento efetivo do planejamento anual		0
1.5.1.4. Estabelecer critérios para aplicação dos recursos de reserva técnica, considerando situações estratégicas		28.643.709,00
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico
Percentual de unidades participantes do planejamento anual		100%
Índice de satisfação da participação da comunidade acadêmica na elaboração do planejamento institucional		3,60

ivieta	.5.2. Fomentar a produçã ampi	o e divulgação do r	elatório de gestão s	istêmico e dos
Responsáve pela sistematizaç	PRODES	Responsável pela execução	PRODES, dirigent e <i>campi</i>	es sistêmicos
Ação (ões) planejada (s)			Valor financeiro (R\$ 1,00)	
1.5.2.1. Dar ampla divulgação, nos colegiados e nos meios de comunicação institucionais, dos relatórios de gestão			0	
1.5.2.2. Elaborar o relatório de gestão do IFRN			0	
Indicador (es) quantitativo (s)			Valor físico	

Percentual de unidades com relatório de gestão elaborado e divulgado	100%
----------------------------------------------------------------------	------

Macroprocesso: Avaliação institucional

Objetivo estratégico	1.6. Acompanhar e avaliar, de forma sistêmica e sistematizada, os indicadores
	institucionais para subsidiar o planejamento e a qualidade dos atendimentos
	dos setores para identificar o nível de satisfação dos usuários

Meta 1.6.1. Ampliar a participação da comunidade nos processos de autoavaliação institucional			
Responsável pela PRODES	Responsável pela	PRODES, CPA co	entral e CPAs
sistematização	execução	locais	
			Valor
Ação (ões) pl	anejada (s)		financeiro
			(R\$ 1,00)
1.6.1.1. Aperfeiçoar os métodos e instrui	1.6.1.1. Aperfeiçoar os métodos e instrumentos de autoavaliação institucional		
1.6.1.2. Dar ampla divulgação aos resultados da autoavaliação institucional			0
1.6.1.3. Sensibilizar a comunidade sobre a importância de participar do			0
processo de autoavaliação			U
Indicador (es) q	uantitativo (s)		Valor físico
Quantidade de processos de autoavaliaçã	o e diagnóstico insti	tucional	2
realizados			3
Percentual de participação de docentes no processo de autoavaliação			500/
institucional das diretrizes e metas			50%
Percentual de participação de técnicos-administrativos no processo de			500/
autoavaliação institucional das diretrizes e metas			50%
Percentual de participação de estudantes no processo de autoavaliação			200/
institucional das diretrizes e metas	•	•	30%

Macroprocesso: Internacionalização

Objetivo 1.7. Ampliar as atividades de internacionalização em articulação com as estratégico demandas acadêmicas

Meta 1.7.1. Ampliar o númer instituições estrangeiras	o de acordos de cooperação e p	arcerias com
Responsável pela sistematização ASERI	Responsável pela ASERI e Gabinete execução campi	es Reitoria e
Ação(ões) planejada(s)		Valor financeiro (R\$ 1,00)
1.7.1.1. Disseminar os programas institucionais junto aos órgãos e instituições estrangeiras		237.525,00
1.7.1.2. Firmar acordos de cooperação e parcerias com instituições estrangeiras		0
Indicador(es) q	uantitativo(s)	Valor físico
Quantidade de parcerias ou convênios de internacionalização ativos		9

Meta 1.7.2. Ampliar o númer internacional (enviados e re		e servidores en	n mobilidade
Responsável pela ASERI sistematização	Responsável pela execução	ASERI, PROEN, I PROPI e Gabinete campi	,
Ação (ões) p	lanejada (s)		Valor financeiro (R\$ 1,00)
1.7.2.1. Apoiar e acompanhar as ações desenvolvidas por docentes e técnicos- administrativos em programas de mobilidade internacional			89.800,00
1.7.2.2. Apoiar e acompanhar as ações desenvolvidas por estudantes em programas de mobilidade internacional			38.000,00
1.7.2.3. Estruturar um programa interno de intercâmbio internacional para estudantes e servidores			0
Indicador (es) quantitativo(s)			Valor físico
Quantidade de servidor em mobilidade in Quantidade de alunos em mobilidade interpretarios de la composição d			42 42

Dimensão: 2. COMUNICAÇÃO E EVENTOS

Macroprocesso: Comunicação interna

Objetivo 2.1. Fortalecer a transparência das ações institucionais e os fluxos estratégico comunicacionais com servidores e estudantes

Meta 2.1.1. Estimular a interação de servidores e estudantes com as gestões da Reitoria e dos <i>campi</i> através dos diferentes meios de comunicação interna			
Responsável pela sistematização Responsável pela execução ASCE e COCSEVs campi			
Ação (ões) planejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)		
2.1.1.1. Aperfeiçoar a comunicação interna entre e com servidores e estudantes	1.340,00		
2.1.1.2. Desenvolver campanhas publicitárias direcionadas aos interesses e demandas dos alunos e servidores	0		
2.1.1.3. Promover o conhecimento da comunidade interna sobre a importância da comunicação social para o alcance dos objetivos institucionais	2.478,00		
Indicador (es) quantitativo (s) Valor físico			
Quantidade de informativos enviados a alunos e servidores	35		
Quantidade de campanhas internas de comunicação desenvolvidas para alunos e servidores	10		

Macroprocesso: Comunicação externa

Objetivo 2.2. Promover e difundir as ações institucionais de oferta de educação estratégico profissional, científica e tecnológica e de transformação das realidades locais

2.2.1. Ampliar a utilização dos canais de comunicação externa para informar Meta a sociedade sobre as ações institucionais e melhorar a percepção pública quanto à atuação e dimensão institucional		
Responsável pela sistematização Responsável pela execução ASCE e COCSEV	s campi	
Ação (ões) planejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)	
2.2.1.1. Ampliar a relação com os meios de comunicação de massa, divulgando as ações positivas e assuntos de utilidade pública do IFRN	0	
2.2.1.2. Ampliar e melhorar a produção de material audiovisual, impresso e eletrônico para divulgação de ações, projetos institucionais, cursos e processos seletivos, promovendo mais transparência.	230.530,00	
2.2.1.3. Planejar e executar campanhas institucionais para promover a função social e dar publicidade a ações e projetos desenvolvidos e cursos	0	
Indicador (es) quantitativo (s) Valor físico		
Quantidade de matérias positivas sobre o IFRN publicadas nos meios de comunicação de massa	300	
Quantidade de acessos ao portal do IFRN	5.100.000	
Quantidade de seguidores do IFRN nas mídias sociais	142.000	
Quantidade de demandas do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) recebidas	160	
Quantidade de demandas do Fale Conosco recebidas	4.500	

Macroprocesso: Eventos

Objetivo	2.3. Promover a aproximação física de servidores, alunos e da população em
estratégico	geral com a Instituição por meio da promoção de eventos, em articulação com
	as demandas acadêmicas e administrativas

2.3.1. Melhorar o apoio e a promoção de eventos institucionais de natureza Meta técnico-científica, artístico-cultural e desportiva que aprimorem a relação com a comunidade interna e sociedade				
Responsável pela ASCE e dirigente				
sistematização	execução	COCSEVs e gesto	ores dos <i>campi</i>	
	Valor			
Ação (ões) planejada (s)			financeiro	
			(R\$ 1,00)	
2.3.1.1. Aprimorar o controle dos eventos institucionais do IFRN			45.000,00	
2.3.1.2. Organizar os eventos vinculados aos gabinetes			413.032,36	
Indicador (es) quantitativo (s)			Valor físico	
Quantidade de eventos realizados			30	

Dimensão: 3. GOVERNANÇA

Macroprocesso: Governança administrativa

Objetivo estratégico 3.1. Fortalecer a política de governança administrativa

Meta 3.1.1. Ampliar o alcanc administrativa	e da política e das práticas de	governança
Responsável pela sistematização AUDGE	Responsável pela AUDGE e núcleos execução dos <i>campi</i>	s de auditoria
Ação (ões) pla	anejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
3.1.1.1. Alimentar o Sistema CGU-PA disciplinares	AD com informações dos processos	0
3.1.1.2. Articulação entre o setor auditado e as equipes de auditoria		2.478,00
3.1.1.3. Capacitar os gestores em avaliação de riscos e controles internos		0
3.1.1.4. Elaborar e executar o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT)		8.875,00
3.1.1.5 Elaborar o Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT)		0
3.1.1.6. Monitorar o cumprimento das determinações e deliberações do TCU		0
3.1.1.7. Monitorar o cumprimento das recomendações da CGU com inserção dos dados no Sistema Monitor		0
3.1.1.8. Registrar e encaminhar manifestações e demandas de Ouvidoria		0
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico
Quantidade de processos disciplinares finalizados com penalidade		1
Percentual de dimensões estratégicas com riscos monitorados		80%
Percentual de recomendações da CGU atendidas		80%
Percentual de determinações e deliberações do TCU atendidas		80%
Percentual de manifestações ou demandas de ouvidoria atendidas		95%
Percentual de ações do PAINT executada	80%	

Macroprocesso: Governança em tecnologia da informação

Objetivo estratégico 3.2. Fortalecer a política de governança em tecnologia da informação

Meta 3.2.1. Implantar a da informação	política e fomentar as práticas de governa	nça em tecnologia
Responsável pela DIGTI sistematização	Responsável pela DIGTI e Com execução	itê Gestor de TI
Ação	o (ões) planejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
3.2.1.1.Elaborar o plano de dad	dos abertos e de comunicação	0
3.2.1.2. Especificar os direitos decisórios de tecnologia da informação		2.760,00
3.2.1.3. Revisar o Plano de Segurança da Informação (PSI)		16.000,00
3.2.1.4. Revisar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)		8.000,00

Indicador (es) quantitativo (s)	Valor físico
Quantidade de documentos de especificação dos direitos decisórios em TI	2
elaborados	2
Quantidade de relatórios de governança desenvolvidos (prática, conformidade	1
e desempenho)	1
Quantidade de planos estratégicos de TI desenvolvidos ou atualizados (PDTI,	2
PSI, Comunicação e Dados)	2

Dimensão: 4. ATIVIDADES ESTUDANTIS

Macroprocesso: Assistência social

Objetivo estratégico	4.1. Ampliar e fortalecer as ações de assistência social para os estudantes
----------------------	-----------------------------------------------------------------------------

Meta		Ampliar o número de estudantes co nômica realizada	om caracterização
Responsável pela sistematização	DIGAE	Responsável pela execução DIGAE e COAESs campi	
Ação (ões) plan	ejada (s)		Valor financeiro (R\$ 1,00)
		r atualizado, anualmente, os dados da caracterizantes regularmente matriculados	ação 0
Indicador (es)	quantitat	ivo (s)	Valor físico
Percentual de es realizada	tudantes	ingressantes com caracterização socioeconômic	a 95%
Percentual de es	tudantes	com caracterização socioeconômica atualizada	60%
Perfil Socioeconômico da Clientela (PSC) - até 0,5 SMP0-0		58,0%	
Perfil Socioeconômico da Clientela (PSC) - entre 0,5 e 1 SMP		25,5%	
Perfil Socioeconômico da Clientela (PSC) - entre 1 e 1,5 SMP		8,0%	
Perfil Socioeconômico da Clientela (PSC) - entre 1,5 e 2 SMP		3,5%	
Perfil Socioeconômico da Clientela (PSC) - entre 2 e 2,5 SMP			1,5%
Perfil Socioeconômico da Clientela (PSC) - entre 2,5 e 3 SMP			1,0%
Perfil Socioecor	nômico da	Clientela (PSC) - maior ou igual que 3 SMP	2,5%

Meta	4.1.2. Ampliar a oferta de auxílios e bolsas para os programas, projetos e ações direcionados aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inclusive com necessidades educacionais específicas e transtorno funcional específico			
	nsável pela atização	DIGAE	Responsá pela execução	vel DIGAE e COAESs campi

Ação (ões) planejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
4.1.2.1. Aperfeiçoar os critérios de distribuição dos recursos da assistência estudantil ao perfil socioeconômico	70.275,77
4.1.2.2. Ofertar alimentação aos estudantes	4.377.222,85
4.1.2.3. Ofertar apoio financeiro a eventos científicos, esportivos e culturais	532.769,91
4.1.2.4. Ofertar auxílio-transporte aos estudantes	2.807.409,82
4.1.2.5. Ofertar bolsa de iniciação profissional	3.100.548,75
4.1.2.6. Ofertar merenda escolar	1.403.772,08
4.1.2.7. Prestar assistência social a estudantes com deficiência física e com dificuldades educacionais especiais	33.597,80
4.1.2.8.Realizar diagnóstico e registro de estudantes com necessidades educacionais específicas ou transtorno funcional específico	22.900,00
4.1.2.9.Realizar diagnóstico para identificar possíveis problemas pessoais e familiares dos estudantes	0
4.1.2.10.Realizar o acompanhamento de desempenho acadêmico e de assiduidade de estudantes atendidos pelos programas de assistência estudantil	79.973,12
4.1.2.11.Realizar visitas domiciliares aos estudantes em situação de vulnerabilidade social	0
Indicador (es) quantitativo (s)	Valor físico
Percentual estudantes atendidos com auxílios e bolsas de assistência estudantil	10%
Quantidade de estudantes com necessidade educacional específica ou transtorno funcional específico identificados	100
Percentual de estudantes com necessidade educacional específica ou transtorno funcional específico atendidos em programas de assistência social	60%

Macroprocesso: Assistência à saúde

Objetivo 4.2. Sistematizar atividades de assistência à saúde dos discentes, de maneira a estratégico integrar as ações escolares com as de saúde

Meta 4.2.1. Ampliar o no dos cursos técnicos	úmero de exames biomédicos em estudantes integrados	s ingressantes
Responsável pela sistematização DIGAE	Responsável pela execução DIGAE e COAES	s campi
Ação (ões) planejada(s)		Valor financeiro (R\$ 1,00)
4.2.1.1. Articular ações com as redes externas de saúde para atendimento aos estudantes		0
4.2.1.2. Levantar necessidades e fomentar contratação de serviços continuados para atendimento à assistência estudantil		48.166,23

4.2.1.3. Ofertar e estimular, junto à DIGPE, a capacitação contínua dos profissionais de saúde	0
4.2.1.4. Realizar avaliação biomédica nos alunos ingressantes anualmente, mantendo os dados atualizados	0
Indicador (es) quantitativo (s)	Valor físico
Percentual de estudantes ingressantes dos cursos técnicos integrados com registro de exame biomédico	100%

Meta 4.2.2. Ampliar o número de campanhas de saúde sistêmicas		
Responsável pela sistematização DIGAE	Responsável pela execução DIGAE e COAES	s campi
Ação(ões) planejada (s)		Valor financeiro (R\$ 1,00)
4.2.2.1. Fomentar práticas de alimentação saudável nos campi		0
4.2.2.2. Realizar campanhas educativas de saúde junto aos estudantes		0
4.2.2.3. Realizar oficinas com temas relacionados à nutrição e psicologia educacional junto aos estudantes		0
4.2.2.4.Realizar parcerias com Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde para divulgação e realização de campanhas educativas orientadas pelo Ministério da Saúde		0
Indicador (es) quantitativo(s)		Valor físico
Quantidade de campanhas de saúde sistêmicas para estudantes realizadas		2

Macroprocesso: Formação integral

Objetivo 4.3. Fortalecer as ações de apoio à formação integral dos estudantes (eventos estratégico e atividades artístico-culturais e esportivas)

Meta 4.3.1. Ampliar o número de discentes com apoio para participação em eventos e para o desenvolvimento de atividades artístico-culturais e desportivas		
Responsável pela sistematização DIGAE Responsável pela execução DIGAE e COAESs campi		s campi
Ação (ões) planejada (s)		Valor financeiro (R\$ 1,00)
4.3.1.1. Fomentar ações voltadas às políticas de gênero e diversidade		0
4.3.1.2. Fomentar a participação de estudantes em eventos artístico-culturais e desportivos		316.976,22
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico
Quantidade de apoios para eventos e atividades artístico-culturais e desportivas		2.400

Macroprocesso: Representação estudantil

Objetivo 4.4. Estimular a formação e o fortalecimento da organização política dos estratégico estudantes, por meio das representações estudantis

Meta 4.4.1. Fomentar a articulação política das entidentes de la contra del contra de la contra del contra de la contra del contra della contra della contra de la contra de la contra della contra dell	ades estudantis
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------

Responsável pela DIGAE sistematização	Responsável pela DIGAE e COAESs campi execução					
Ação (ões) pl	Valor financeiro (R\$ 1,00)					
4.4.1.1. Apoiar as atividades dos órgãos	4.4.1.1. Apoiar as atividades dos órgãos de representação estudantil					
Indicador (es) q	uantitativo (s)	Valor físico				
Percentual de <i>campi</i> com entidade funcionamento	es ou organizações estudantis em	85,7%				

Dimensão: 5. ENSINO

Macroprocesso: Acesso discente

Objetivo	5.1. Realizar processos seletivos e diversificar as formas de acesso discente
estratégico	para promover a inclusão social e estender as oportunidades de formação
estrategico	profissional

Meta 5.1.1. Elevar o nível de a demanda global na relaç	aceitação e reconhecimento dos cursos ão candidatos por vaga	, ampliando a		
Responsável pela sistematização PROEN	Responsável pela PROEN e COAPA	ACs campi		
Ação (ões) j	planejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)		
5.1.1.1. Avaliar periodicamente a pol seleção da instituição para possíveis ac	0			
5.1.1.2. Compatibilizar o cronograma da acompanhamento do calendário nacion	0			
5.1.1.3. Realizar processos seletivos para ingresso de estudantes 831.186				
5.1.1.4.Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados 28.980,00				
Indicador (es)	Valor físico			
Relação Candidato/Vaga ou Índice de I	Efetividade (RC/V)	6,2		

Macroprocesso: Oferta educacional

	5.2. Fortalecer a oferta educacional e acompanhar e aperfeiçoar os projetos
Objetivo	de cursos, em ação integrada com a pesquisa e inovação, a extensão e as
estratégico	atividades estudantis e em sintonia com o desenvolvimento socioeconômico
	local e regional

Meta 5.2.1. Ampliar a oferta educacional em cursos e programas, de acordo com as condições de pessoal e infraestrutura física e tecnológica						
Responsável pela sistematização Responsável pela execução Responsável pela execução PROEN e DIACs campi						
Ação (ões)	planejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)				

5.2.1.1. Realizar ações de planejamento para ampliação da oferta educacional	26.750,00
5.2.1.2. Realizar a oferta de cursos e programas em conformidade com o planejamento	95.540,00
Indicador (es) quantitativo (s)	Valor físico
Relação Alunos/Docente em Tempo Integral (RA/DTI)	20
Alunos matriculados em relação à força de trabalho (RAM)	20
Relação Alunos por Professor = Alunos matriculados em relação à força de trabalho (RAP)	20
Relação Ingressos/Aluno (RI/A)	35
Percentual de vagas em cursos técnicos (PVTec)	55%
Percentual de vagas em cursos de formação de professores (PVFor)	20%
Percentual de vagas em cursos articulados com a educação de jovens e adultos (PVEja)	15%
Quantidade de escolas apoiadas em programas de melhoria da qualidade da educação básica (PMEBas)	30
Quantidade de eixos de atuação em programas de formação inicial e continuada e certificação profissional (PFicCertific)	4

Meta 5.2.2. Ampliar as ações de	avaliação do currículo	
Responsável pela PROEN sistematização	Responsável pela PROEN, NCEs e execução	DIACs campi
Ação (ões) pla	anejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
5.2.2.1.Elaborar ou revisar projetos funcionamento de cursos	de cursos e de autorização de	102.060,00
5.2.2.Realizar autoavaliação dos cursos	0	
5.2.2.3.Realizar fóruns institucionais de	76.735,00	
Indicador (es) qu	Valor físico	
Índice Geral de Cursos de Graduação Con	ntínuo (IGCc)	4
Quantidade de processos de autoavaliação	2	
Percentual cursos técnicos com autoavali	15%	
Percentual cursos de graduação com auto	avaliação in loco realizadas	15%

Previsão de novas vagas

Quadro 9 – Previsão de novas vagas por nível/forma/modalidade e campus para 2017

Vagas por nível/forma/ modalidade	Total	AP	CA	CAL	CANG	СМ	CN	CNAT	EAD	IP	JC	LAJ	MC	мо	NC	PAAS	PAR	PF	sc	SGA	SPP	ZN
Cursos técnicos																						
Técnico integrado	3.023	144	200	108	120	180	160	412	0	108	115	108	144	144	144	108	144	108	144	144	144	144
Técnico integrado EJA	512	40	40	0	0	40	40	0	0	36	40	40	36	40	0	40	0	0	80	0	0	40
Técnico subsequente	4.956	162	120	200	40	72	40	816	2.030	72	80	40	108	240	72	40	360	120	80	144	40	80
Formação de professores													<u> </u>			<u>, </u>					<u> </u>	
Licenciatura	930	36	40	0	40	0	40	160	150	72	40	0	72	40	0	40	0	40	80	0	40	40
Aperfeiçoamento para professores	510	0	0	50	0	0	0	0	420	0	0	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Especialização para professores	1.440	0	0	50	40	20	40	0	950	0	90	50	40	40	0	0	120	0	0	0	0	0
FIC para Professores	620	0	0	0	0	0	0	0	540	0	0	0	0	0	0	0	80	0	0	0	0	0
Mestrado Acadêmico	20	0	0	0	0	0	0	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros cursos de graduação																						
Tecnologia	1.642	36	40	80	40	0	80	432	330	36	40	0	0	40	216	0	80	40	0	80	0	72
Engenharia	296	0	0	0	0	0	0	224	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	72
Pós-graduação																						
Especialização	556	0	0	0	0	0	40	76	400	0	0	0	0	0	0	0	0	40	0	0	0	0
Mestrado	80	0	0	0	0	0	0	80	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros cursos FIC																						
PROEJA FIC Fundamental	120	0	0	0	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	80	0	0	0	0	0
Total de vagas	14.705	418	440	488	320	312	440	2.220	4.820	324	405	278	400	544	432	228	864	348	384	368	224	448

Macroprocesso: Processo ensino e aprendizagem

Objetivo 5.3. Desenvolver ações de acompanhamento e aperfeiçoamento contínuo do estratégico processo ensino-aprendizagem que possibilitem a permanência e o êxito

Meta 5.3.1. Ampliar as taxas de desligamento de estudantes n	conclusão e diminuir as taxas d	e retenção e
PRUEN I	Responsável pela PROEN e DIACs (сатрі
Ação (ões) plan	ejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
5.3.1.1. Criar programas de nivelamento par no processo seletivo e antes do ingresso na	1 1	0
5.3.1.2.Desenvolver metodologias e materialização da concepção de currículo i	estratégias que possibilitem a ntegrado dos cursos	0
5.3.1.3.Efetivar os centros de aprendizage	m	0
5.3.1.4.Fomentar a participação de estudan	tes nas olimpíadas de conhecimento	65.000,00
5.3.1.5.Fomentar as ações da Unidade-Esc	ola	140.000,00
5.3.1.6.Fomentar o desenvolvimento de pro	ojetos de pesquisa OVEP/CIPE	0
5.3.1.7. Monitorar o desempenho acadêmi turmas	ico e a frequência de estudantes e	68.165,00
5.3.1.8.Ofertar tutoria de aprendizagem e	laboratório	488.800,00
5.3.1.9. Realizar a autoavaliação institucion	nal do desempenho didático docente	0
	tucional do desenvolvimento de	0
5.3.1.11. Realizar aulas externas/visitas téc	943.751,08	
5.3.1.12. Realizar busca ativa (para retorno abandonaram ou que não concluíram o cu curriculares, inclusive prática profissional	•	0
5.3.1.13.Realizar orientação pedagógica e p	sicológica a estudantes e professores	70.740,00
5.3.1.14. Realizar reuniões de pais	processores	0
5.3.1.15. Realizar reuniões pedagógicas probjetivem a formação continuada dos probensino aprendizagem	-	0
Indicador (es) qua	ntitativo(s)	Valor físico
Índice de Eficiência Acadêmica de Conclui Conclusão de Cursos		70,0%
Quantidade de processos de autoavaliação de realizados	do processo ensino e aprendizagem	1
Índice de Eficiência da Instituição = Taxa d	le Ocupação de Vagas (IEnI)	90,0%
Índice de Eficácia da Instituição (IEcI)		70,0%
Relação Concluintes/Aluno (RC/A)		37,7%
Taxa de Saída com Êxito (TSE)		45,0%
Índice de Efetividade Acadêmica (IEA)		6,6%
Índice de Retenção de Fluxo Escolar (IRFE	a) = Taxa de Retenção (TR)	18,2%

Taxa de Reprovação (TRp)	17,0%
Taxa de Matrícula Ativa Regular (TMARg)	50,5%
Taxa de Matrícula Ativa Retida (TMARt)	25,5%
Taxa de Conclusão (TC)	12,1%
Taxa de Evasão (TE)	11,3%

Macroprocesso: Administração acadêmica

Objetivo 5.4. Desenvolver ações de acompanhamento e aperfeiçoamento contínuo da estratégico administração acadêmica

Meta 5.4.1. Ampliar a consistência dos dados de matrículas institucionais e governamentais	nos sistemas
Responsável pela sistematização Responsável pela execução Responsável pela execução	campi
Ação (ões) planejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
5.4.1.1. Alimentar e monitorar os dados do sistema acadêmico institucional, dos censos e do SISTEC	5.670,00
5.4.1.2. Fazer a equiparação curricular de estudantes com intercâmbio internacional ou ingresso por transferência (validade e/ou adaptação de componentes curriculares) - Flexibilização do currículo	0
5.4.1.3.Realizar ações de supervisão da descentralização de ações acadêmicas e administrativas	0
Indicador (es) quantitativo (s)	Valor físico
Relação de consistência de matrículas do censo da educação básica-	95%
Relação de consistência de matrículas do censo da educação superior	95%
Relação de consistência de bibliotecas do censo da educação superior	95%
Relação de consistência de docentes do censo da educação superior	95%
Relação de consistência de matrículas do SISTEC	80%

Macroprocesso: Inclusão e diversidade

Objetivo	5.5. Fortalecer e consolidar as ações de inclusão de pessoas com deficiência e
estratégico	com necessidades educacionais específicas e de diversidade social, cultural, de
estrategico	gênero e de raça e cor

5.5.1. Ampliar a ações dos Núcleos de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Meta Indígenas (NEABI) e dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)			
Responsável pela PROEN sistematização	Responsável pela execução	PROEN, DIACs of NAPNEs e NEAF	
Ação (ões) planejada (s)		Valor financeiro (R\$ 1,00)	

5.5.1.1.Fomentar a ação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)	19.294,50
5.1.1.2.Fomentar a ação dos Núcleos de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)	21.294,50
5.1.1.3. Fomentar ações afirmativas sobre as questões de gênero e diversidade	0
Indicador (es) quantitativo (s)	Valor físico
Percentual de <i>campi</i> com NEABIs ativos	100%
Percentual de <i>campi</i> com NAPNEs ativos	100%

Macroprocesso: Sistema de bibliotecas

Objetivo 5.6. Fortalecer a política de expansão e atualização do acervo físico e eletrônico estratégico e ampliar a atuação sistêmica das bibliotecas junto à comunidade

5.6.1. Aumentar a relação de exemplares por título da bibliografia básica e da bibliografia complementar, em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados, em todas as bibliotecas		
Responsável pela sistematização PROEN PROPI, COAPACs e execução DIACs campi		
Ação (ões) planejada (s)		Valor financeiro (R\$ 1,00)
5.6.1.1.Adquirir livros e coleções	1.886.580,00	
5.6.1.2. Assinar bases bibliográficas eletrônicas		20.000,00
5.6.1.3. Assinar revistas e periódicos técnicos, acadêmicos e científicos		11.425,00
5.6.1.4. Auxiliar na elaboração de instru ensino	0	
5.6.1.5.Promover a permuta de acervo com outras Instituições de Ensino		0
5.6.1.6.Realizar ampliação da infraestrutura física de bibliotecas		105.120,00
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico
Relação de exemplares por título (RET)		5

Macroprocesso: Educação a distância

Objetivo 5.7. Redimensionar, estrutural e academicamente, as ações de educação à estratégico distância, ampliando a atuação sistêmica institucional

Meta 5.7.1. Ampliar a utilização de tecnologias educacionais nos cursos presenciais e consolidar a institucionalização da educação a distância			
Responsável pela PROEN, DIACs campi,			campi,
sistematização PROEN	execução	Campus EAD	
Ação (ões) planejada (s)		Valor financeiro (R\$ 1,00)	
5.7.1.1.Fomentar as ações dos Núcleos de Ensino à Distância (NEaD)		523.881,00	

5.7.1.2.Oferecer apoio didático a distância por meio de tecnologias educacionais	0
Indicador (es) quantitativo(s)	Valor físico
Percentual de disciplinas de cursos presenciais que utilizam AVEA	15%
Percentual de cursos de oferta ordinária na modalidade EaD (CEad)	30%

Dimensão: 6. EXTENSÃO

Macroprocesso: Interação com a sociedade

Objetivo 6.1. Fortalecer os programas e projetos de extensão, para uma maior interação estratégico institucional com a comunidade local e regional

Meta 6.1.1. Ampliar o alcance dos projetos de extensão executados com fomento institucional e o grau de envolvimento dos servidores		
Responsável pela sistematização PROEX Responsável pela execução PROEX e COEXs campi		
Ação (ões) pl	anejada(s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
6.1.1.1.Apoiar as ações dos Núcleos de	195.400,00	
6.1.1.2.Desenvolver projetos de extensão com recursos institucionais		526.158,00
6.1.1.3.Fomentar ações para desenvolvimento do Programa Mulheres Mil		484.000,00
6.1.1.4.Fomentar Programa de Tutoria para o ENEM		230.000,00
6.1.1.5.Instituir programa de apocientífico-culturais	oio às atividades dos espaços	4.000,00
Indicador (es) q	Valor físico	
Quantidade de projetos de extensão desenvolvidos com fomento institucional		130
Quantidade de projetos de ação social (PAS)		22
Grau de Envolvimento com Extensão (GEE)		35%

Meta 6.1.2. Ampliar o número de submissões de programas e/ou projetos com recursos em editais externos e em convênios		
Responsável pela sistematização PROEX	Responsável pela PROEX e COEXS	s campi
Ação (ões) p	lanejada(s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
6.1.2.1. Desenvolver projetos de extensão com recursos institucionais		61.162,42
6.1.2.2. Realizar capacitação em elaboração de projetos de extensão		0
Indicador (es) quantitativo(s) Va		Valor físico
Quantidade de projetos de extensão desenvolvidos com fomento externo		7
Percentual de recursos externos captados em projetos de extensão em relação ao recurso total de extensão		50%

Meta 6.1.3. Ampliar o número de serviços tecnológicos desenvolvidos

Ação (ões) planejada(s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
6.1.3.1.Desenvolver ações de empreendedorismo, cooperativismo, associativismo, economia solidária e criativa	0
6.1.3.2.Fomentar ações para criação e manutenção de Núcleos de Extensão e Prática Profissional (NEPP) para desenvolvimento de projetos e serviços de demanda tecnológica e social	165.600,00
Indicador (es) quantitativo(s)	Valor físico
Quantidade de serviços tecnológicos desenvolvidos	15

Macroprocesso: Diálogo com o mundo do trabalho

Objetivo estratégico	6.2. Fortalecer os mecanismos de interação e encaminhamento institucional de discentes e egressos, tendo em vista a inserção laboral e o processo ensino-
	aprendizagem

Meta 6.2.1. Aumentar o número de instituições parceiras para a oferta de estágios e intercâmbio institucional			
Responsável pela PROEX sistematização	Responsável pela PROEX execução	e COEXs a	campi
			Valor
Ação(ões) planejada(s)			financeiro
			(R\$ 1,00)
6.2.1.1. Firmar parcerias de estágios para estudantes e intercâmbios por meio		meio	6.000,00
de visitas às instituições e empresas			6.000,00
6.2.1.2. Mapear e divulgar informações sobre oportunidades de estágio e de		e de	0
trabalho para estudantes		U	
Indicador(es) quantitativo(s)			Valor físico
Quantidade de instituições parceiras para oferta de estágios			750
Quantidade de visitas técnicas para captação de estágio realizadas			350

Meta 6.2.2. Aumentar o número de estudantes que realizam estágios como prática profissional		
Responsável pela sistematização PROEX	Responsável pela execução PROEX e COEXS	сатрі
Ação (ões) planejada (s)		Valor financeiro (R\$ 1,00)
6.2.2.1. Estimular e orientar a prática profissional do estudante ao longo do curso		0
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico
Percentual de alunos que realizaram estágio como prática profissional		20%

Meta 6.2.3. Ampliar as visitas de acompanhamento de estágios		
Responsável pela sistematização PROEX	Responsável pela execução	PROEX e COEXs campi

Ação (ões) planejada(s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
6.2.3.1. Realizar visitas às instituições e empresas para acompanhamento a estagiários	3.000,00
Indicador (es) quantitativo(s)	Valor físico
Percentual de estágio com visitas de acompanhamento realizadas	100%

Meta 6.2.4. Realizar estágios do trabalho e captação de esta	centes em empresas para interação c ágios	om mundo do
Responsável pela sistematização PROEX	Responsável pela PROEX e COEXS	s campi
Ação(ões) pla	anejada(s)	Valor financero (R\$ 1,00)
6.2.4.1. Estabelecer relações de parceria com instituições e entidades públicas e privadas vinculadas aos setores produtivos		0
Indicador(es) quantitativo(s)		Valor físico
Quantidade de estágios técnicos docentes	s realizados	25

Meta 6.2.5. Ampliar o número de egressos acompanhados		
Responsável pela sistematização PROEX	Responsável pela PROEX e COEX execução	s <i>campi</i>
A ~ (~) \ 1	. 1.()	Valor
Ação(ões) pla	inejada(s)	financeiro (<i>R</i> \$ 1,00)
6.2.5.1.Desenvolver eventos e cursos FIC destinados aos egressos		14.000,00
6.2.5.2.Desenvolver plataforma para acompanhamento e interação com os egressos		0
Indicador(es) qu	antitativo(s)	Valor físico
Quantidade de pesquisas de egressos reali	zadas	1
Percentual de egressos dos últimos cinco a	anos acompanhados	30%

Dimensão: 7. PESQUISA E INOVAÇÃO

Macroprocesso: Desenvolvimento científico e tecnológico

Objetivo 7.1. Fomentar o desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada à inovação estratégico tecnológica e voltados à transferência de tecnologias para a sociedade

	7.1.1. Ampliar o número de projetos de pesquisa aplicada com potencial de
Meta	geração de ativos de propriedade industrial e o grau de envolvimento dos
	servidores em pesquisa

Responsável pela PROPI sistematização	Responsável pela PROPI e COPEIN execução	Is campi
Ação(ões) pla		Valor financeiro (R\$ 1,00)
7.1.1.1.Apoiar e fomentar projetos de pe	esquisa e inovação cooperados	0
7.1.1.2.Custear a participação de servido e tecnológicos	res e estudantes em eventos científicos	257.201,58
71.1.3.Desenvolver estratégia de conhe propriedade intelectual	ecimento e fomento para geração de	5.040,00
7.1.1.4.Desenvolver estratégia de envolve pesquisa.	vimento dos servidores em atividade de	149.374,78
7.1.1.5.Desenvolver projetos de pesquisa externos	a e inovação com captação de recursos	0
7.1.1.6.Desenvolver projetos de pesquisa	e inovação com recursos institucionais	466.300,00
7.1.1.7.Fomentar ações associadas ao registro de propriedade intelectual		5.000,00
7.1.1.8.Implantar sistema de gestão e avaliação dos resultados de projetos de pesquisa		0
7.1.1.9.Organizar, executar e apoiar eve	entos científicos e tecnológicos	180.200,00
Indicador (es) q	uantitativo (s)	Valor físico
Quantidade de registros de propriedade in no Instituto Nacional da Propriedade Indu	1	10
Quantidade de projetos de pesquisa e ino	vação desenvolvidos (PPI)	200
Quantidade de programas de inovação tec	cnológica (PIT)	22
Percentual de recursos externos captados em relação ao recurso total de pesquisa e	1 0 1 1	7,5%
Grau de Envolvimento com Pesquisa e Ir	novação (GEPI)	30%

Meta 7.1.2. Incrementar o númo envolvendo estudantes	ero de projetos de iniciação científica	e tecnológica
Responsável pela sistematização PROPI	Responsável pela PROPI e COPEIN	s campi
Ação (ões) pl	anejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
7.1.2.1.Fomentar a pesquisas voltadas profissional	para formação docente na educação	0
7.1.2.2.Fomentar pesquisas com caráter análise das formas de acesso, das cono trajetória profissional dos egressos	1 1 3 ,	0
7.1.2.3.Fomentar projetos de iniciação c	ientífica	45.800,00
7.1.2.4.Fomentar projetos de pesquis vulnerabilidade social	a para estudantes em condição de	49.200,00
Indicador (es) q	uantitativo (s)	Valor físico
Quantidade de projetos de iniciação cient	tífica e tecnológica desenvolvidos	250

Meta 7.1.3. Ampliar o quan fortalecimento das atividad	ntitativo de laboratórios multius les de pesquisa aplicada	uários para
Responsável pela PROPI sistematização	Responsável pela execução PROPI e COPEIN	s campi
Ação (ões) p	Valor financeiro (R\$ 1,00)	
7.1.3.1.Estimular práticas de pesquisa e	10.655,00	
7.1.3.2.Fomentar ações de pesquisa/e. NEPS, observatórios	0	
Indicador (es) o	Valor físico	
Quantidade de laboratórios multiusuário	implantados e em funcionamento	1

Meta	7.1.4. Ampliar o número transferência de tecnologia	de instrumentos jurídicos de licer para a sociedade	nciamento ou
Responsáv pela sistematiz	PROPI	Responsável pela execução PROPI e COPEIN	s campi
	Ação (ões) p	lanejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
7.1.4.1.Fo registro	mentar contratos de parceria	e fomento à pesquisa com potencial de	10.000,00
	-	ológica dos setores produtivos e o s com empresas e entidades parceiras	0
	Indicador (es) o	quantitativo (s)	Valor físico
_	e de instrumentos jurídicos de celebrados	e licenciamento ou transferência de	1

Macroprocesso: Publicações acadêmico-científicas

Objetivo 7.2. Fortalecer a produção e a publicação de artigos científicos em periódicos estratégico e em anais de eventos e de livros impressos e em formato digital

Meta 7.2.1. Elevar o número d superior e em periódicos ir	le publicações em periódicos com (nternacionais	Qualis B2 ou
Responsável pela sistematização PROPI	Responsável pela PROPI e COPEIN	s campi
Ação (ões) pla	Valor financeiro (R\$ 1,00)	
7.2.1.1.Custear a tradução de artigos para	a língua estrangeira	5.000,00
7.2.1.2.Estimular e fomentar a pub internacionais	10.000,00	
7.2.1.3.Fomentar as publicações decorre	ntes de cooperações internacionais	0

Indicador (es) quantitativo (s)	Valor físico
Percentual de trabalhos completos publicados em periódicos com nível Qualis igual ou maior que B2	25%
Percentual de artigos completos publicados em periódicos internacionais	15%
Índice Acumulado de Publicações dos Docentes (IAPubD)	70

Meta 7.2.2. Ampliar o número superior	de periódicos institucionais com	Qualis B2 ou
Responsável pela sistematização PROPI	Responsável pela PROPI e COPEIN execução	Is campi
Ação (ões) pl	Valor financeiro (R\$ 1,00)	
7.2.2.1. Apoiar a criação e manutenção d	18.200,00	
7.2.2.2. Fomentar o acesso às bases de dados científicas		46.000,00
Indicador (es) q	Valor físico	
Percentual de áreas temáticas com Qualis institucionais	s superior ou igual a B2 em periódicos	27,5%

Meta 7.2.3. Elevar a quantidade de livros publicados pela Editora do IFRN				
Responsável pela PROPI sistematização	Responsável pela execução PROPI e COPEIN	s campi		
Ação (ões) p	Valor financeiro (R\$ 1,00)			
7.2.3.1. Fomentar o acesso às bases de o	55.897,66			
7.2.3.2. Realizar publicação de livros i IFRN	72.000,00			
Indicador (es) o	Valor físico			
Quantidade de livros publicados pela Ed	5			

7.2.4. Elevar a quantidad	e de títulos acadêmicos-científicos ca	adastrados no
Meta repositório institucional		
Responsável pela PROPI sistematização	Responsável pela execução PROPI e COPEIN	s <i>campi</i>
		Valor
Ação (ões) p	lanejada (s)	financeiro
		(R\$ 1,00)
7.2.4.1.Alimentar e aprimorar o reposit	14.400,00	
7.2.4.2.Apoiar as ações da pós-graduaç	30.000,00	
7.2.4.3.Elaborar diretrizes para aces conhecimento	sso à política de acesso aberto ao	0
Indicador (es) o	Valor físico	
Quantidade de títulos acadêmico-científi institucional	· /	200

Macroprocesso: Empreendedorismo inovador

Objetivo estratégico 7.3. Expandir e fortalecer o programa de incubação de empresas

Meta 7.3.1. Aumentar a taxa de envolvimento dos servidore	e sucesso das empresas incubadas e es das unidades	e incentivar o
Responsável pela sistematização PROPI	Responsável pela PROPI, NITs e Co	OPEINs campi
Ação(ões) pla	anejada(s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
7.3.1.1.Fomentar a criação de um Ecossi	0	
7.3.1.2.Fomentar a implementação e Empreendedorismo Inovador	manutenção de ações voltadas ao	181.828,00
7.3.1.3.Realizar o Prêmio Empreende valorização de experiências	40.000,00	
Indicador (es) qu	Valor físico	
Taxa de sucesso das empresas incubadas	60%	
Quantidade de incubadoras implantadas e	10	
Quantidade de empresas incubadas	28	

Meta 7.3.2. Implantar hotéis empreendimentos	de projetos para a pré-incubação	de ideias de
Responsável pela sistematização PROPI	Responsável pela execução PROPI, NITs e Co	OPEINs campi
Ação(ões) pl	anejada(s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
7.3.2.1.Fomentar a implementação de como ambientes de pré-incubação	hotéis de projetos e/ou miniempresa	10.000,00
7.3.2.2.Fomentar concurso de ideias para	a pré-incubação de projetos	0
Indicador (es) q	uantitativo (s)	Valor físico
Taxa de sucesso de empresas pré-incuba	das	10%
Quantidade de hotéis de projetos implant	tados e em funcionamento	11

Dimensão: 8. GESTÃO DE PESSOAL

Macroprocesso: Seleção e mobilidade de pessoal

Objetivo 8.1. Aprimorar os processos de seleção e contratação e de mobilidade estratégico funcional dos servidores

	8.1.1. Ampliar a	satisfaç	ção em	relaçã	ão aos	concursos	públic	os para
Meta	contratação de	quadro	efetivo	de	servido	res docent	tes e	técnico-
	administrativos							

Responsável pela sistematização Responsável pela execução DIGPE e comissõ execução	es
Ação (ões) planejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
8.1.1.1. Realizar concursos públicos para contratação de professores efetivos	0
8.1.1.2. Realizar concursos públicos para contratação de técnicos-administrativos efetivos	0
8.1.1.3. Realizar estudo que contemple alternativas de estímulo à fixação de servidores em unidades distantes dos grandes centros urbanos	0
8.1.1.4. Realizar pesquisa de satisfação após o concurso público	0
8.1.1.3. Realizar processos seletivos para contratação de professores substitutos e temporários	47.291,99
8.1.1.4. Realizar revisão e avaliação das normas e dos editais de concurso público e processo seletivo	0
Indicador(es) quantitativo(s)	Valor físico
Índice de satisfação de concursos públicos	4

Meta 8.1.2. Ampliar a satisfação em relação aos processos de remanejamento de servidores docentes e técnico-administrativos			
Responsável pela sistematização Responsável pela execução DIGPE e comissões			
Ação (ões) p	Valor financeiro (R\$ 1,00)		
8.1.2.1. Realizar revisão e avaliação das	0		
Indicador (es) o	Valor físico		
Índice de satisfação de processos de rem	4		

Macroprocesso: Titulação de servidores

	8.2. Fomentar programas de capacitação em pós-graduação servidores e
Objetivo	estabelecimento de convênios e intercâmbios com instituições de ensino
estratégico	nacionais e internacionais, em vinculação com o desenvolvimento institucional
	e com as demandas acadêmicas e administrativas

Meta 8.2.1. Elevar o percentual de docentes e técnicos-administrativos com titulação máxima em pós-graduação			
Responsável pela DIGPE sistematização	Responsável pela execução DIGPE e COGPE	s campi	
Ação (õe	Valor financeiro (R\$ 1,00)		
8.2.1.1. Ampliar a oferta de cursos do estabelecimento de convênios e nacionais e internacionais	56.280,00		
8.2.1.2. Fomentar a participação de cursos de pós-graduação para elevaç	913.045,00		

8.2.1.3. Realizar estudo de demanda para direcionamento dos convênios e intercâmbio de servidores	0
Indicador (es) quantitativo (s)	Valor físico
Percentual de docentes com titulação máxima de mestrado ou doutorado	86,0%
Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD)	3,88
Percentual de técnicos-administrativos com titulação máxima em mestrado e doutorado	70,7%
Percentual de docentes e técnicos-administrativos atendidos em cursos de pósgraduação	3,0%

Meta 8.2.2. Elevar o percentual de graduação	le técnicos-administrativos com titulaç	ão mínima em
Responsável pela DIGPE sistematização	Responsável pela DIGPE e COGPES execução	s campi
Ação (ões) p	Valor financeiro (R\$ 1,00)	
8.2.2.1. Ampliar a oferta de cursos de g estabelecimento de convênios com institu	0	
8.2.2.2. Fomentar a participação de t graduação para elevação da titulação	0	
8.2.2.3. Realizar estudo de demanda par	0	
Indicador (es) of	Valor físico	
Percentual de técnicos-administrativos o	84,5%	
Percentual de técnicos-administrativos a	2,0%	

Macroprocesso: Desenvolvimento de equipes

Objetivo	8.3. Fort	alecer e an	ıpliar	as ações de fo	ormaçâ	ĭo co	ntinuada e d	e integração d	las
	equipes	técnicas	em	articulação	com	as	demandas	acadêmicas	e
estratégico	administ	rativas							

Meta 8.3.1. Fomentar ações do dos servidores	e formação continuada	a alinhadas à ár	ea de atuação
Responsável pela DIGPE	Responsável pela I		
sistematização	execução	gestores sistêmico	s e dos <i>campi</i>
Ação (ões) planejada(s)			Valor financeiro (R\$ 1,00)
8.3.1.1. Custear a participação de servidores em cursos de capacitação técnica, visitas técnicas e estágios técnicos em instituições e empresas			848.504,03
8.3.1.2. Elaborar um plano anual de capacitação em nível sistêmico e local			0
8.3.1.3. Realizar cursos de formação continuada para servidores e gestores			0
8.3.1.4. Realizar cursos de formação continuada para servidores			497.485,77

8.3.1.5. Revisar a política de capacitação de servidores	0
Indicador (es) quantitativo (s)	Valor físico
Quantidade de cursos de capacitação para servidores desenvolvidos (carga	5.1
horária inferior a 180 horas)	51
Quantidade de estágios técnicos para servidores desenvolvidos	2
Quantidade de visitas técnicas de servidores desenvolvidas	2
Percentual de servidores atendidos em ações de capacitação	50%

Meta 8.3.2. Fomentar as ações de integração e formação de equipes e coletivos das diversas dimensões institucionais				
Responsável pela DIGPE	Responsável pela DIGPE e COGPE	s <i>campi</i> ;		
sistematização	execução gestores sistêmico	os e dos <i>campi</i>		
Ação (ões) pl 8.3.2.1. Realizar ações de integração	Valor financeiro (R\$ 1,00)			
institucionais		U		
Indicador (es) q	Valor físico			
Quantidade de ações de integração e institucionais	e formação de equipes e coletivos	0		

Meta 8.3.3. Garantir a participação dos novos servidores no printegração institucional	programa de
Responsável pela sistematização Responsável pela execução DIGPE e COGPES	s campi
Ação (ões) planejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
8.3.3.1. Realizar ações de recepção, acolhimento e orientação de novos servidores	0
8.3.3.2. Revisar manual de orientação aos novos servidores	0
Indicador (es) quantitativo (s)	Valor físico
Percentual de servidores ingressantes participantes do programa de integração	98%

Meta 8.3.4. Ampliar a qualificaçã técnicos e científicos	ão de servidores por meio da participaç	ão em eventos
Responsável pela DIGPE sistematização	Responsável pela execução DIGPE e COGPES	s campi
Ação (ões) p	Valor financeiro (R\$ 1,00)	
8.3.4.1. Oportunizar a participação acadêmicos e científicos para fins de for	831.568,79	
Indicador (es) o	quantitativo (s)	Valor físico
Percentual de servidores apoiados em ev	10,0%	

Macroprocesso: Carreira dos servidores

Objetivo estratégico 8.4. Promover ações de avaliação e desenvolvimento de servidores na carreira

Meta 8.4.1. Ampliar o alcance das ações de desenvolvimento na carreira		
Responsável pela sistematização DIGPE	Responsável pela DIGPE e COGPE execução	s campi
Ação (ões) planejada (s)		Valor financeiro (R\$ 1,00)
8.4.1.1. Promover melhoria nos processos de avaliação de desempenho		0
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico
Percentual de técnicos-administrativos po 18 meses	osicionados no nível D-101 há mais de	0,07%
Percentual de docentes doutores posicionados no nível titular		22,4%
Percentual de docentes posicionados no nível titular		4,9%
Percentual de docentes com retribuição de titulação por reconhecimento de saberes e competências		62,0%

Macroprocesso: Segurança, saúde e qualidade de vida no trabalho

Objetivo 8.5. Ampliar as ações de promoção à segurança, saúde e qualidade de vida no estratégico trabalho

Meta 8.5.1. Ampliar o percentual de unidades (campi e Reitoria) com projetos locais de promoção à saúde e/ou qualidade de vida no trabalho		
Responsável pela sistematização DIGPE	Responsável pela DIGPE e COGPE execução	s campi
Ação (ões) pl	anejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
8.5.1.1. Desenvolver ações de acompanhamento aos servidores com deficiência		0
8.5.1.2. Desenvolver ações do projeto de saúde bucal		5.000,00
8.5.1.3. Desenvolver ações do projeto de saúde mental		0
8.5.1.4. Desenvolver ações do projeto de saúde vocal		25.000,00
8.5.1.5. Lançar editais de para fomento de projetos locais		277.750,00
8.5.1.6. Realizar atividades esportivas para os servidores nas unidades e em âmbito sistêmico		200.000,00
Indicador (es) q	uantitativo (s)	Valor físico
Percentual de unidades com projetos de p	promoção à saúde ou QVT executados	100%

Meta	8.5.2. Ampliar a particip saúde e nos exames méd		as ações de acompanhamento da
Responsá pela sistematiz	DIGPE	Responsável pela execução	DIGPE e COGPEs campi

Ação (ões) planejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
8.5.2.1. Acompanhar os servidores afastados e removidos por motivo de saúde	0
8.5.2.2. Articular ações com as redes externas de saúde e assistência social para atendimento aos servidores	0
8.5.2.3. Elaborar o programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO)	20.000,00
8.5.2.4. Implantar a consulta de enfermagem nos Exames Médicos Periódicos	0
8.5.2.5. Ofertar exames médicos periódicos em todas as unidades do IFRN	0
8.5.2.6. Realizar 2° edição do Exame Periódico Odontológico (EPO)	5.000,00
Indicador (es) quantitativo (s)	Valor físico
Percentual de servidores participantes do EMP	30%

Meta 8.5.3. Ampliar o perco saúde e segurança	entual de unidades (campi e Reitoria) con	n comissões de
Responsável pela DIGPE sistematização	Responsável pela execução DIGPE e COGPE	s campi
Ação (õ	es) planejada(s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
8.5.3.1. Capacitar em segurança, saúde e QVT.		117.434,00
8.5.3.2. Desenvolver e apoiar ações de segurança do trabalho nas unidades		15.000,00
8.5.3.3. Implantar a Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP) nas unidades		20.000,00
8.5.3.4. Manter atualizado os programas de prevenção de risco ambiental (PPRA) nas diversas unidades		0
Indicador	(es) quantitativo (s)	Valor físico
Percentual de unidades com CISSP	implantada	85%

Meta 8.5.4. Ampliar a parti e de integração	cipação de servidores aposentados em açõo	es pós-carreira
Responsável pela DIGPE sistematização	Responsável pela execução DIGPE e COGPE	s <i>campi</i>
Ação (ĉ	ŏes) planejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
8.5.4.1. Realizar ações de integraçã	ão com servidores aposentados	0
8.5.4.2. Realizar ações de preparaç	ão para o pós-carreira	0
8.5.4.3. Realizar homenagem aos s	ervidores aposentados	5.000,00
Indicador	(es) quantitativo (s)	Valor físico
Percentual de servidores aposentad integração	los participantes em ações pós-carreira e de	10%

Macroprocesso: Gestão funcional de servidores

Objetivo 8.6. Garantir a realização de procedimentos administrativos e funcionais de estratégico pessoal

Meta 8.6.1. Realizar procedimentos administrativos e funcionais de pessoal para atendimento de servidores ativos		
Responsável pela DIGPE sistematização	Responsável pela execução DIGPE e COGPE	Es campi
Ação (ões) pla	anejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
8.6.1.1. Custear ajuda de custo para moradia e auxílio-moradia de servidores		0
8.6.1.2. Custear assistência médica e odontológica de servidores		6.486.084,00
8.6.1.3. Custear assistência pré-escolar de servidores		2.303.112,00
8.6.1.4. Custear auxílio-alimentação de servidores		14.803.104,00
8.6.1.5. Custear auxílio-funeral e auxílio	-natalidade de servidores	168.864,00
8.6.1.6. Custear auxílio-transporte de ser	vidores	4.924.740,00
8.6.1.7. Digitalizar e registrar as pastas funcionais dos servidores ativos no SUAP		0
8.6.1.8. Processar a folha de pagamento de pessoal ativo		301.258.453,00
8.6.1.9. Recolher a contribuição da união para o regime de previdência		56.162.925,00
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico
Quantidade de servidores ativos com propessoal realizados	ocedimentos administrativos de	2.503

Meta 8.6.2. Realizar procedimentos administrativos e funcionais de pessoal para atendimento de aposentados e pensionistas		
Responsável pela DIGPE sistematização	Responsável pela execução DIGPE e COGPES	s campi
Ação (ões) planejada (s)		Valor financeiro (R\$ 1,00)
8.6.2.1. Desenvolver metodologias para o recadastramento de aposentados e pensionistas		0
8.6.2.2. Digitalizar e registrar as pastas funcionais dos servidores aposentados e pensionistas no SUAP		0
8.6.2.3. Processar a folha de pagamento de aposentados e pensionistas		45.563.973,00
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico
Quantidade de aposentados e pensionistas com procedimentos administrativos de pessoal realizados		495

Meta	8.6.3. Realizar procedimento contratação de estagiários	ntos administrativo	os e funcionais de pessoal para
Responsá pela sistematiz	DIGPE	Responsável pela execução	DIGPE e gestores Reitoria; COGPEs e gestores <i>campi</i>

Ação (ões) planejada(s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)
8.6.3.1. Aprimorar os procedimentos de dimensionamento e contratação de estagiários	524.525,90
Indicador (es) quantitativo(s)	Valor físico
Quantidade de estagiários com procedimentos administrativos de pessoal realizados	234

Dimensão: 9. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Macroprocesso: Processos administrativos

Objetivo 9.1. Desenvolver a implementação de gestão de processos e melhoria de fluxos estratégico institucionais

Meta 9.1.1. Fomentar a manuali	zação de fluxos e ro	tinas dos setores s	sistêmicos
Responsável pela sistematização PROAD Responsável pela execução PROAD e dirigentes sistêmicos		tes sistêmicos	
			Valor
Ação (ões) pl	anejada (s)		financeiro
			(R\$ 1,00)
9.1.1.1. Demandar junto a DGTI à implementação da tramitação eletrônica de		0	
processos administrativos		U	
9.1.1.2. Elaborar manuais de procedimentos administrativos		0	
9.1.1.3. Mapear os processos administrativos		0	
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico	
Percentual de setores sistêmicos com roti	nas registradas em n	nanuais	20%
Percentual de setores sistêmicos com fluxogramas de processos desenvolvidos		20%	

Macroprocesso: Gestão orçamentário-financeira

Objetivo	9.2. Nortear o planejamento e a execução orçamentária em função da oferta
ostratógica	educacional com foco na eficiência econômico-financeira e na definição de
estrategico	limites prudenciais de gastos

9.2.1. Aperfeiçoar a metodologia de planejamento e acompanhamento dos gastos correntes e outros custeios, com pessoal e com investimentos e inversões financeiras			
Responsável pela PROAD, PRODES e DIADs execução PROAD, PRODES e DIADs campi			
Ação (ões) planejada (s)			Valor financeiro (R\$ 1,00)
9.2.1.1. Consolidar e difundir em âmbito institucional a utilização do "cartão pesquisador/extensionista"			0
9.2.1.2. Desenvolver parâmetros operacionais de desempenho administrativo			0

9.2.1.3. Estabelecer metas para os gastos institucionais	0
9.2.1.4. Estabelecer parâmetros para o valor de gastos institucionais	0
9.2.1.5.Manter reserva técnica de recursos para eventuais emergências e contingências	5.986.475,34
9.2.1.6. Propor melhorias do módulo SUAP de planejamento e da execução orçamentária, financeira e patrimonial	0
Indicador (es) quantitativo (s)	Valor físico
Gastos Correntes por Aluno (GCA)	12.000,00
Percentual de Gastos com Pessoal (PGP)	67%
Percentual de Gastos com Outros Custeios (PGOC)	18%
Percentual de Gastos com Investimentos (PGI)	10%
Relação de gastos com outros custeios e investimentos	64,3%

Macroprocesso: Funcionamento institucional

Objetivo 9.3. Garantir o funcionamento e a manutenção acadêmico-administrativo das estratégico unidades

Meta 9.3.1. Garantir a manutenção das unidades e aperfeiçoar o acompanhamento e a contratação de serviços			
Responsável pela sistematização PROAD	Responsável pela execução PROAD e DIADS	сатрі	
Ação (ões) pla	Valor financeiro (R\$ 1,00)		
9.3.1.1. Capacitar os fiscais de contratos contratuais	0		
9.3.1.2. Contratar serviços continuados cojurídica)	22.870.266,45		
9.3.1.3. Contratar serviços continuados se física ou jurídica)	14.470.883,87		
9.3.1.4. Contratar serviços não continuad	os (pessoa física ou jurídica)	967.470,34	
9.3.1.5. Promover a participação dos Ges convocações oficiais	841.760,00		
9.3.1.6. Realizar o pagamento de anuidad representação institucional	56.720,00		
Indicador (es) qu	Valor físico		
Percentual de gastos de outros custeios co locação de mão de obra	om contratos continuados com	26,0%	
Percentual de gastos de outros custeios com contratos continuados sem locação de mão de obra		16,0%	
Percentual de gastos de outros custeios co	11,0%		

Macroprocesso: Gestão de materiais e compras

Objetivo 9.4. Promover o planejamento, adequação e atualização material e tecnológica estratégico para atividades acadêmicas e administrativas

Meta 9.4.1. Aperfeiçoar o acompanhamento patrimonial e a aquisição de materiais das unidades			
Responsável pela sistematização Responsável pela execução Responsável pela execução PROAD e DIADs campi			
		Valor	
Ação (ões) planejada (s)		financeiro	
	(R\$ 1,00)		
9.4.1.1. Promover o planejamento e a aquisição de material de consumo		2.661.464,03	
9.4.1.2. Promover o planejamento e a aquisição de material permanente		6.355.874,70	
9.4.1.3. Realizar e manter atualizado o levantamento patrimonial		0	
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico	
Percentual de unidades com acompanhamento patrimonial realizado		80%	

Dimensão: 10. ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA

Macroprocesso: Gestão de obras civis

Objetivo 10.1. Promover o planejamento, a execução e o controle de construções e estratégico reformas para ampliação e manutenção da infraestrutura física

Meta 10.1.1. Aperfeiçoar o planejamento e o acompanhamento de obras para ampliação e manutenção da infraestrutura física			
Responsável pela sistematização Responsável pela execução PROAD e DIADs campi			
Ação (ões) pl	anejada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)	
10.1.1.1. Elaborar/atualizar o Plano Diretor das unidades		0	
10.1.1.2. Elaborar o plano de prevenção de incêndio das unidades		0	
10.1.1.3. Elaborar o plano de prevenção e manutenção da infraestrutura física das unidades		0	
10.1.1.4. Realizar adequação e manutenção da infraestrutura física		3.512.124,07	
10.1.1.5. Realizar ampliação da infraestrutura física		3.277.195,01	
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico	
Quantidade de unidades atendidas com ampliação ou manutenção da infraestrutura física		22	
Percentual de unidades com projetos arquitetônicos e complementares atualizados		20%	

Macroprocesso: Sustentabilidade socioambiental

Objetivo estratégico 10.2. Desenvolver e fortalecer ações de infraestrutura para promoção da sustentabilidade ambiental (preservação ambiental e eficiência energética), em articulação com o ensino, a pesquisa e a extensão

Meta 10.2.1. Planejar e executar projeto de reuso de águas pluviais e tratamento de efluentes nas unidades				
Responsável pela proad/diene Proad/diene Responsável pela proad/diene diene Responsável pela proad/diene diene die			e DIADs	
Ação (ões) planejada (s)			Valor financeiro (R\$ 1,00)	
10.2.1.1. Adequar as instalações para uso de águas pluviais e para tratamento de efluentes			0	
10.2.1.2. Elaborar estudos para avaliar viabilidade de reuso de efluentes tratados			0	
10.2.1.2. Elaborar manual normativo de edificações sustentáveis			0	
10.2.1.2. Implementar as políticas ambientais em estreita articulação entre administração, ensino, pesquisa e extensão			0	
10.2.1.2. Promover campanhas educativas para uso racional de água		0		
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico		
Percentual de unidades com tratamento de efluentes implantado		24%		
Percentual de unidades adequadas para reuso de águas pluviais			33%	

Meta 10.2.2. Criar ou adequar estações de coleta de resíduos nas unidades			
Responsável pela PROAD/DIENG, Responsável pela PROAD/DIENG,			Campus
sistematização FROAD/DIENG	execução	Verde e DIADs co	атрі
			Valor
Ação (ões) planejada (s)			financeiro
	(R\$ 1,00)		
10.2.2.1. Adequar as instalações para coleta de resíduos			0
10.2.2.2. Definir plano de descarte de lixo eletrônico			0
10.2.2.3. Promover campanhas educativas para coleta seletiva			0
Indicador (es) quantitativo (s)			Valor físico
Percentual de unidades com estações de cadequadas	coleta de resíduos cri	adas ou	33%

Meta 10.2.3. Implantar programa de eficiência energética nas unidades			
Responsável pela PROAD/DIENG Responsável pela PROAD/DIENG		e DIADs	
sistematização	execução campi		
	Valor		
Ação (ões) p	financeiro		
	(R\$ 1,00)		
10.2.3.1. Implantar usinas fotovoltaicas		0	
10.2.3.2. Promover campanhas educativas para uso racional de energia elétrica		0	
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico	
Percentual de unidades com programa de eficiência energética implantado		100%	

Macroprocesso: Acessibilidade arquitetônica

Objetivo 10.3. Estabelecer as diretrizes gerais para atendimento da legislação estratégico relacionada à acessibilidade arquitetônica

Meta 10.3.1. Planejar e executar plano de acessibilidade arquitetônica nas unidades			
Responsável pela PROAD/DIENG Responsável pela PROAD/DIENG		e DIADs	
sistematização	execução campi		
	Valor		
Ação (ões) pla	financeiro		
	(R\$ 1,00)		
10.3.1.1. Elaborar/atualizar o Plano de Acessibilidade Arquitetônica (PAA)		0	
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico	
Percentual de unidades com plano de acessibilidade arquitetônica implantado		71%	

Dimensão: 11. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Macroprocesso: Infraestrutura lógica e redes

Objetivo 11.1. Promover a ampliação e	Objetivo 11.1. Promover a ampliação e a atualização material e lógica das tecnologias		
estratégico da informação			
Meta 11.1.1. Melhorar a infraestrut	ura de tecnologia de informação d	las unidades	
1 =	sponsável pela DIGTI e COGTIs	campi	
Ação (ões) planej	jada (s)	Valor financeiro (R\$ 1,00)	
11.1.1.1. Adquirir equipamentos de tecnologi	ia da informação e comunicação	1.228.885,00	
11.1.1.2. Contratar link de redundância para a internet		90.000,00	
11.1.1.3. Contratar serviços para manutenção e garantia do Datacenter		475.000,00	
11.1.1.4. Implementar e manter serviços de tecnologia da informação		100.363,00	
11.1.1.5. Melhorar link de internet e VOIp		110.640,00	
11.1.1.6. Propor plano de armazenamento de dados		0	
11.1.1.7. Realizar reuniões periódicas dos órg	0		
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico	
Índice de continuidade de serviço de internet	(ICSI)	99%	
Relação Alunos/Computador (RA/C)		7	

Macroprocesso: Sistemas de informação

Objetivo estratégico	11.2. Contribuir para a informatização dos processos administrativos e
	acadêmicos da instituição, mediante o aperfeiçoamento do Sistema Unificado
	de Administração Pública (SUAP)

Meta	11.2.1. Ampliar o desenvolvimento do SUAP e reduzir a utilização d	e
Meta	softwares de terceiros	

Responsável pela DIGTI sistematização	Responsável pela execução DIGTI e COGTIs	campi
Ação (ões) planejada (s)		Valor financeiro (R\$ 1,00)
11.2.1.1. Implantar ambiente de desenvolvimento de módulos experimentais do SUAP		0
11.2.1.2. Implementar e manter módulos SUAP		0
11.2.1.3. Propiciar a aquisição de licenças de softwares e outros sistemas de informação		381.912,31
Indicador (es) quantitativo (s)		Valor físico
Percentual de módulos SUAP requisitados e desenvolvidos		95%
Quantidade de instituições conveniadas para utilização do SUAP		25
Quantidade de módulos experimentais desenvolvidos		7

REFERÊNCIAS

AMMANN, S. B. Participação social. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977. BORDENAVE, J. E. D. O que é participação. São Paulo: Brasiliense, 1983. BRASIL. Casa Civil. Presidência da República. Lei n.º 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder executivo, Brasília, DF, 15 abr. 2004a, Seção 1, p. 3-4. . Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Termo** de Acordo de Metas e Compromissos SETEC/MEC-IFRN 2010-2022. Disponível em: http://portal.ifrn.edu.br/institucional/planejamento/arquivos/acordo-de-metas-e- compromissos-2010-2022>. Acesso em: 10 out. 2015. ____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Plano Plurianual 2016-2019: desenvolvimento, produtividade e inclusão social. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planejamento-e-investimentos/plano-plurianual/o- ppa>. Acesso em: 06 abr. 2016. CABRAL NETO, A; ALMEIDA, M. D. de. Educação e gestão descentralizada: conselho diretor, caixa escolar, projeto político pedagógico. Revista em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 35–45, jun. 2000. FERNANDES, F. das C. de M. Pressupostos para o planejamento 2010 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/propi/planejamento2010/arquivos.html>. Acesso em: 20 nov. 2009. _. Considerações sobre imagens da realidade organizacional do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. IFRN, 2015. ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Plano de avaliação do projeto pedagógico da ETFRN. Natal: ETFRN, 1995. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva. Natal: IFRN, 2012. Disponível em: http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>">http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-politico-politico-politico-politico-politico-politico-politico-politic Acesso em: 22 out. 2015. . Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. Natal: IFRN, 2014. Disponível em: http://portal.ifrn.edu.br/institucional/pdi>. Acesso em: 22 out. 2015. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO (MPDG). Como

é feito o orçamento público? Pesquisado em: http://www.planejamento.gov.br/

servicos/faq/orcamento-da-uniao/elaboracao-e-execucao-do-orcamento/como-e-feito-o-

orcamento-publico>. Acesso em: 20 mar 2017.